1. O MUNICÍPIO DE BARUERI

A formação da cidade está vinculada à antiga Aldeia de Barueri, fundada a partir de uma concessão de terras, feita por meio de uma carta de doação de sesmarias de 23 de junho de 1656, por ordem do governador de São Paulo. A aldeia abrangia inicialmente as duas margens do rio Tietê e estava ocupada por indígenas que viviam sob a tutela dos jesuítas, dedicados à sua missão de expandir a catequese em terras brasileiras.

Situada no território da antiga capela de Santana de Parnaíba, esteve subordinada à administração da capital durante certo período. A localidade permaneceu sob a proteção dos padres, mas, por volta de 1633, acabou não escapando da ação exploratória do movimento bandeirante que, no caso específico de Barueri, contou com a figura de Antônio Raposo Tavares. Transformou- se em parada de tropeiros, com o início das construções da Estrada de Ferro Sorocabana em 1871. Foi elevada à condição de distrito do município de Santana de Parnaíba em 20 de dezembro de 1918 e conquistou sua autonomia municipal somente em 24 de dezembro de 1948. Barueri é proveniente de Bariri, que em tupi significa “a corredeira”, “o encachoeiramento do rio”. *Fonte: Fundação SEADE Perfil Municipal*

Mapa de Barueri



1.1. Dados Gerais - Perfil Municipal

Região Administrativa: Metropolitana de São Paulo

Região de Governo: Metropolitana

Aniversário: 26 de Março

Santa Padroeira do Município: Nossa Senhora da Escada
Santo Padroeiro do Distrito Sede: São João Batista

Prefeito: Rubens Furlan

Área: 64 Km²

Localização: Região Oeste da Grande São Paulo, a 23º30'38" de latitude sul e a 46º52'34" de longitude oeste.

Limites: norte Santana de Parnaíba; sul Carapicuíba; leste Osasco e oeste Jandira e Itapevi.

Altitude e Clima: Altitude de 740 metros e clima temperado, com temperatura média anual de 19 graus Celsius (médias de 22ºC na primavera, 30ºC no verão, 20ºC no outono e 15ºC no inverno). O ponto mais alto do município é o bairro de Aldeia da Serra, que está a 1.000 metros de altitude.

Bacia Hidrográfica: Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, trecho Pinheiros-Pirapora.

Vias de Acesso: Corredor Oeste: Interligação do Rodoanel Gov. Mario Covas, (que dá acesso às rodovias, Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Anhanguera, Bandeirantes, entre outras) com a rodovia Castello Branco.

Situado na região metropolitana da Grande São Paulo, a uma distância de 26,5 quilômetros do marco zero de São Paulo, na Praça da Sé, com uma densidade demográfica de 3.509 habitantes por quilômetro quadrado, Barueri está entre os dez municípios com maior crescimento populacional do Estado de São Paulo. Município sem zona rural, concentrando toda a população em zona urbana. Barueri tem a quase totalidade de suas vias com pavimentação asfáltica (99,9%). A extensão da rede de água é de 420 quilômetros, abrangendo toda a área do município, e a extensão da rede de esgoto é de 270 quilômetros.

Demografia

População fixa: 257.525habitantes (Estimativa IBGE / 2017).

População flutuante: 119 mil pessoas (RAIS).

População economicamente ativa: aproximadamente 170 mil pessoas.

Densidade demográfica: 3.509 habitantes por km² (IBGE).

Colégio eleitoral: 215.710 eleitores (TRE/Abril de 2013), sendo 199ª zona: 116.877 eleitores e 386ª zona: 98.833 eleitores.

Saneamento: Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Extensão da rede de água: 420 km, abrangendo toda a área do município.

Extensão da rede de esgoto: 270 km.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Consumo total de energia elétrica em 1997: 638.424.000 MHW.

Consumo total de energia elétrica em 2012: 1.290.912.796 MHW.

Crescimento: 102%.

*Fonte://http:www.barueri.sp.gov.br***,** *acesso em 25.08.2016*

O município merece destaque pela evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que cresceu de 0,549 (faixa de desenvolvimento humano baixo) para 0,786 (faixa de desenvolvimento humano alto), de 1991 a 2010, conforme Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM foi à longevidade, com índice de 0,866, seguida de renda, com índice de 0,791, e de educação, com índice de 0,708, sendo este último o índice de maior crescimento em termos absolutos (com crescimento de 0,404). O IDHM (0,786) supera o estadual (0,727), levando Barueri a ocupar a 47ª posição no ranking estadual e a 87ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. As informações do SEADE, particularmente aquelas relacionadas à dimensão riqueza e escolaridade, ilustram bem o crescimento de Barueri em comparação com o crescimento regional e estadual:

Condições de Vida	Ano	Barueri	Região Metropolitana de Oeste	São Paulo
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2010	58	48	45
	2012	59	49	46
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2010	66	70	69
	2012	66	70	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2010	57	43	48
	2012	64	48	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2010	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.		
	2012	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.		

Apesar dos indicadores sociais possibilitarem a classificação de Barueri entre os municípios do grupo 1 (elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais), há uma preocupação do governo em efetivar ações nas áreas que ainda exigem um trabalho para a busca de soluções imprescindíveis para o bem estar da sociedade. Políticas públicas como educação e mercado de trabalho que garantam a autonomia e o empoderamento da mulher, cujo cenário social demonstra as consequências da desigualdade de gênero.

1.2. População

Em um município onde mais da metade da população é composta por mulheres, as estatísticas do SEADE são extremamente importantes para o direcionamento dos investimentos e das nossas ações de atenção e cuidado à mulher. Basta verificar que 31% do público feminino é integrado por crianças e adolescentes (0 a 19 anos), condição que exige um duplo cuidado pela vulnerabilidade própria do processo de desenvolvimento.

Faixa Etária	Ano 2012			Ano 2017		
Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
00 a 04 anos	10.131	9.781	19.912	11.716	11.143	22.859
05 a 09 anos	9.236	8.981	18.217	10.018	9.666	19.684
10 a 14 anos	10.443	10.142	20.585	9.114	8.861	17.975
15 a 19 anos	10.755	10.781	21.536	10.230	9.968	20.198
20 a 24 anos	11.022	11.179	22.201	10.395	10.507	20.902
25 a 29 anos	11.421	11.776	23.197	10.597	10.851	21.448
30 a 34 anos	10.721	11.484	22.205	11.014	11.468	22.482
35 a 39 anos	10.721	11.484	22.205	10.363	11.210	21.573
40 a 44 anos	8.620	9.614	18.234	9.115	10.298	19.413
45 a 49 anos	7.547	8.568	16.115	8.279	9.357	17.636
50 a 54 anos	6.372	7.075	13.447	7.188	8.304	15.492
55 a 59 anos	5.021	5.512	10.533	5.973	6.790	12.763
60 a 64 anos	3.557	3.961	7.518	4.582	5.202	9.784
65 a 69 anos	2.226	2.534	4.760	3.119	3.644	6.763
70 a 74 anos	1.339	1.676	3.015	1.837	2.240	4.077
75 anos e mais	1.497	2.438	3.935	1.742	2.734	4.476
Total da Seleção	119.357	126.060	245.417	125.282	132.243	257.525
Total Geral da População	119.357	126.060	245.417	125.282	132.243	257.525

Fonte Seade 2017

Os dados também mostram que, na faixa etária adulta, predominam mulheres entre 20 à 39 anos (36,15% do total), seguidas do grupo de mulheres de 40 a 59 anos (24%). A faixa etária acima de 60 anos representa 8% do grupo feminino do município em 2012.

Em 2017, observa-se que apesar da predominância da faixa etária das mulheres entre 20 à 39 anos (33,29% do total), seguidas do grupo de mulheres de 40 a 59 anos (26,27%). A faixa etária acima de 60 anos representa 10,45% do grupo feminino do município. Caracterizando assim uma tendência do aumento da população idosa.

2. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE BARUERI

O compromisso de Barueri com a autonomia e o empoderamento, fortaleceu-se quando o município assumiu sua responsabilidade em alcançar os Oito Objetivos do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Reconhecida na época pelo seu pioneirismo, Barueri passou a programar ações que promoveram desenvolvimento social, contribuindo, direta e indiretamente, para a melhoria da qualidade de vida de suas cidadãs. Os esforços foram dirigidos para três setores, essencialmente: educação, trabalho e saúde.

Dentro do Marco Histórico de Políticas para Mulheres no município de Barueri, foi criado o Espaço Mulher com a participação popular por meio de uma mobilização comunitária.

2.1. Participação e controle social

Sabe-se que a sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades resultantes de discriminações associadas de gênero, raça/cor, classe e orientação sexual. Para que uma política de enfrentamento de discriminações possa ser efetiva, é imprescindível a organização de mecanismos que assegurem a participação e o controle social. No caso do Plano Municipal de Políticas para Mulher, esses mecanismos devem levar as mulheres a se descobrirem como sujeitos políticos, exercendo direitos políticos. Isso significa a consciência e atuação como cidadãs plenas de direitos.

No município, uma importante conquista no sentido da participação e controle social pelas mulheres foi à criação do Conselho Municipal da Mulher de Barueri – CMM, conforme Lei Municipal nº 1799, de 15 de abril de 2009, alterada pelas Leis nº 2003, de 29 de outubro de 2010; nº 2120, de 06 de março de 2012 e nº 2193, de 22 de março de 2013. É um órgão colegiado, com funções deliberativa, controladora e fiscalizadora, de caráter permanente, composto por representantes do Poder Público Municipal, da Sociedade Civil e do Fundo Social de Solidariedade, vinculado à Secretaria da Mulher. É composto por 10 (dez) representantes do Poder Público, 10 (dez) representantes da Sociedade Civil e 01 (uma) representante do Fundo Social de Solidariedade, e suas respectivas suplentes, para mandato de 03 (três) anos.

Constituem representantes do Poder Público:

a) Secretaria da Mulher;

b) Secretaria de Promoção Social;

c) Secretaria de Saúde;

d) Secretaria de Educação;

e) Secretaria dos Assuntos de Segurança;

f) Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

g) Secretaria de Comunicação Social;

h) Secretaria de Esportes;

i) Secretaria de Cultura e Turismo;

j) Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente.

A representação do Poder Público, ao abranger as diversas secretarias municipais, visa justamente assegurar a transversalidade de gênero, imprescindível para que as discussões e propostas se efetivem em níveis mais amplos, por meio de ações sinérgicas promovidas pela prefeitura como um todo.

São representantes da Sociedade Civil:

a) 6 (seis) representantes de organizações não governamentais que tratam de questões ligadas ao atendimento e/ou defesa dos direitos da mulher;

b) 1 (um) representante de sindicato e/ou associação de trabalhadores, com sede na cidade de Barueri;

c) 1 (um) representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Barueri;

d) 1 (um) representante de organizações não governamentais que trate das questões referentes a gênero e raça;

e) 1 (um) representante de organizações não governamentais que trate das questões referentes a terceira idade.

Sendo composta atualmente pelas entidades descritas:

1 - CEPAC - Associação para Proteção das Crianças e Adolescentes;

2- Grupo Vida Brasil;

3 - IEPPC - Instituto Social e Profissional Parque dos Camargos;

4 - CAMP – Centro de Apoio de Monitoramento Pré-Profissionalizante de Barueri; 5 - PROJAB – Projeto de Ação Social de Barueri;

6 - SAF - Associação de Apoio à Família;

7 - ACM - Associação Cristã de Moços de São Paulo; 8 - OAB – Ordem dos Advogados do Brasil/Barueri; 9 - Sindicato dos Servidores Municipais de Barueri;

10 - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barueri.

A participação da Sociedade Civil, por meio de instituições com reconhecida promoção dos direitos humanos, defesa de direitos trabalhistas, discussão da equidade de gênero, assim como suporte e proteção a grupos socialmente vulneráveis, acrescenta aos debates a visão das necessidades concretas das mulheres, fornecendo elementos para a superação dos desafios reais enfrentados por elas cotidianamente.

Dessa forma, pela própria configuração do Conselho, percebe-se a preocupação em discutir, ampla e articuladamente, as propostas que poderão contribuir para a autonomia da mulher, equidade de gênero e conquista dos direitos da mulher. Cabe salientar o cuidado em ampliar essas discussões, visando incluir, cada vez mais, as munícipes de Barueri nas mudanças que vêm sendo pensadas.

Conferências foram organizadas visando oferecer um espaço de reflexão, debate e elaboração de propostas adequadas às necessidades e especificidades da mulher, bem como ao combate às diversas formas de discriminação. Além das conferências, foram realizadas oficinas, com temáticas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, sua saúde, autonomia e participação, visando à construção coletiva das propostas de ação para o empoderamento da mulher de Barueri nos próximos anos.

Deve-se destacar também a representação do município em conferências estaduais e nacional de políticas públicas para as mulheres. A presença de Barueri vem assegurando o acompanhamento e a efetiva participação na discussão das propostas não apenas para o Estado, mas também para o País.

2.2. Secretaria Municipal da Mulher

Em 08 de Março de 2012 foi inaugurado o Espaço da Mulher de Barueri. O equipamento foi idealizado com a colaboração de três mil mulheres ouvidas em "Rodas de Conversas", ocasiões em que expressaram seus desejos, opinando e sugerindo sobre os atendimentos para as mulheres, neste espaço.

As sugestões foram compiladas e encaminhadas ao Conselho Municipal da Mulher, de beneficiar a classe feminina. Nasceu assim o complexo com seis mil metros de área construída.

Neste espaço funcionam:

- ✔ Delegacia de Defesa da Mulher
- ✔ Biblioteca
- ✔ Cyber café
- ✔ Internet pública
- ✔ Treinamento e palestras
- ✔ Debates
- ✔ Atividades Culturais
- ✔ Exposições
- ✔ Oficinas
- ✔ Alfabetização

- ✔ Informática
- ✔ Equipe multidisciplinar de atendimento
- ✔ Piscina semiolímpica
- ✔ Quadra poliesportiva
- ✔ Academia de ginástica
- ✔ Espaço de estética e beleza
- ✔ Espaço gourmet
- ✔ Cursos e oficinas, entre outros.

A Secretaria da Mulher do Município de Barueri foi criada por meio da lei nº 293 de 03 de janeiro de 2013 e desde sua criação, observa-se um aumento da demanda por busca de direitos e serviços. A referida Secretaria busca criar e aprimorar ações efetivas para a mudança desta realidade, com a finalidade de diminuir as desigualdades de gênero, discutir e buscar direitos violados, atuando em consonância com o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Cabe lembrar que a luta pelos direitos da mulher é um tema discutido nacionalmente e que faz parte do PNPM-Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Barueri, por meio da Secretaria da Mulher, articula e integra ações, visando resultados concretos no que tange à promoção dos direitos da mulher.

A Secretaria da Mulher compõe-se das unidades, com objetivos claramente delineados para a superação da desigualdade de gênero, a proteção da mulher e o empoderamento feminino:

I - Assessoria:

a) Administrativa;

b) Dos Direitos Humanos.

II - Coordenadoria de Administração:

a) Departamento Administrativo:

1) Divisão de Atendimento ao Público;
2) Divisão de Manutenção Predial e Transporte;
3) Divisão de Administração, Patrimônio e Materiais;
4) Divisão de Controle de Arquivo.

III - Coordenadoria de Gestão de Projetos:

a) Departamento de Desenvolvimento Social:
   1) Divisão de Emprego e Renda;
   2) Divisão de Desenvolvimento Local e Mobilização Comunitária;
   3) Divisão de Inclusão Social;
   4) Divisão de Desenvolvimento Pessoal.

b) Departamento de Esporte, Cultura e Lazer:
   1) Divisão de Desenvolvimento Físico e Qualidade de Vida.

c) Departamento e Saúde da Mulher:
   1) Divisão de Saúde e Qualidade de Vida.

IV - Coordenadoria de Enfrentamento à Violência:

a) Departamento de Delegacia da Mulher:
   1) Divisão de Assistência Judiciária;
   2) Divisão de Abrigo.

b) Departamento de Assistência da Mulher:
   1) Divisão de Apoio Terapêutico;
   2) Divisão de Atendimento e Inclusão.

V - Coordenadoria da Diversidade:

a) Departamento de Políticas Públicas para Diversidade:
   1) Divisão de Desenvolvimento de Programas e Projetos.

VI - Coordenadoria de Articulação e Parcerias:

a) Departamento de Articulação e Parcerias:
   1) Divisão da Rede Mulher;
   2) Divisão de Fomento Regional;
   3) Divisão de Centros Comunitários.

✔ **Gestão de Projetos:**

- Compreende a promoção de empoderamento da mulher através de políticas públicas de direito e de autonomia, com foco em sua inclusão como ser humano e social. Divide-se nos seguintes departamentos:

- Emprego e Renda – busca promover a autonomia da mulher no aspecto socioeconômico e político;
- Desenvolvimento local e Mobilização Comunitária- procura fortalecer a inserção da mulher em seu contexto social, com sua integração com o meio no qual vive;
- Inclusão Social – tem como objetivo implantar e implementar projetos e programas que atendam de forma complexa a mulher, de modo intrafamiliar e comunitário;
- Desenvolvimento Físico e Qualidade de Vida – objetiva a prática de atividades esportivas, possibilitando o desenvolvimento físico, socioeducativo, psíquico e emocional;
- Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – pretende contribuir com o bem-estar, prevenir doenças, prestar assistência e contribuir para a recuperação da saúde, num processo de integração com as demais divisões da Secretaria da Mulher;
- Trabalho em rede – visa à articulação de programas e serviços pertinentes à coordenadoria de projetos integrados às esferas públicas e privadas.

✔ **Enfrentamento à Violência:**

- Visa efetivar ações com base no PNPM-Plano Nacional de Políticas Públicas 2013-2015, e tem a função de formular, coordenar, acompanhar, sugerir, implantar, e implementar políticas públicas para as mulheres em situação de violência, que ocorre no âmbito familiar, comunitário, ou na esfera do Estado, através de ações preventivas com foco na mobilização e conscientização social junto a comunidade; promovendo também o atendimento social, psicológico e acompanhamento técnico dos casos identificados, com intuito de promover ruptura do ciclo de violência e possibilitar acesso a políticas públicas para mulheres focando sua autonomia, inserção e desenvolvimento social; promover ações com o homem autor agressor, através de sensibilização e acompanhamento técnico.

✔ **Diversidade:**

- A coordenadoria compete a elaboração e criação de projetos, critérios e parâmetros de ação governamental, assim como compete a revisão e o monitoramento das ações, prioridades, prazos e metas por meio do Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos das Pessoas LGBTT
– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. No âmbito do fortalecimento e do fomento à participação em torno da temática compete: a organização da Conferência Municipal com parceria dos movimentos locais para a construção de políticas públicas no combate à discriminação, intolerância e preconceito; a articulação com outros conselhos; fomento a criação do conselho municipal e o comitê intersecretarial de atenção à Diversidade Sexual.

✔ **Articulação e Parcerias:**

- Divisão Rede Mulher: instrumento de conexão e articulação entre as esferas públicas, privada e civil, a fim de facilitar a participação da sociedade, com base na fomentação e construção de políticas públicas.

Com a missão de propor, coordenar e acompanhar as políticas públicas voltadas à mulher, fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure seus direitos e promover atividades que proporcionem uma maior integração entre as mulheres da cidade de Barueri, a Secretaria contempla diversos espaços visando à capacitação, autonomia econômica, inclusão social, educação, mercado de trabalho e qualidade de vida e saúde. O ambiente é propício ao aprendizado, à reflexão e à transformação social de problemas em desafios, materializando a proposta de empoderamento da mulher contemplada em um plano abrangente de promoção, proteção e defesa dos direitos femininos.

2.3. Transversalidade de gênero nas políticas públicas

A Secretaria da Mulher, na criação de seus projetos, programas e ações de proteção e empoderamento feminino, está pautada pela transversalidade de gênero. Esta transversalidade garante uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, consequentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às políticas públicas para as mulheres.

2.4. Princípios das Políticas Públicas para as Mulheres

Seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Municipal foi construído baseando-se em princípios que garantam o acesso a direitos para mulheres em todas as faixas etárias, sem desconhecer as diversas realidades enfrentadas pelo público feminino e, sobretudo, sem negligenciar os prejuízos historicamente causados aos diferentes grupos de mulheres.

Ao todo, o Plano segue 8 (oito) princípios, que devem reger as políticas do município, favorecendo condições para o genuíno exercício de cidadania às mulheres baruerienses. São eles:

- ✔ Igualdade e respeito à diversidade;
- ✔ Equidade;
- ✔ Justiça social;
- ✔ Autonomia das mulheres;
- ✔ Laicidade do Estado;
- ✔ Universalidade das políticas;
- ✔ Transparência dos atos públicos;
- ✔ Participação e controle social.

O Plano considera que mulheres e homens são iguais em seus direitos; daí a necessidade de superar as desigualdades de gênero. Para isso, é necessária a atenção à diversidade cultural, diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero), étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional. Também é fundamental o combate às desigualdades, por meio de políticas de ação afirmativa, respaldadas na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A equidade pressupõe o reconhecimento das necessidades específicas dos diferentes grupos de mulheres. Desse modo, o acesso a direitos universais precisa ser garantido por meio de ações igualmente específicas e afirmativas, assegurando a inclusão dos grupos historicamente discriminados.

A justiça social, por sua vez, implica a busca de superação da desigualdade social, que atinge de maneira significativa as mulheres. Assim, as políticas devem reconhecer e priorizar a necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas.

As mulheres também devem ter assegurado o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, além de condições para influenciarem os acontecimentos em sua comunidade e país, para romperem com um legado histórico, com dinâmicas de dependência, exploração e subordinação que possam constranger suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.

Em relação à laicidade do Estado, cabe apontar que as políticas públicas municipais já seguem este princípio, que é constitucional. Em face das questões de gênero, deve-se reforçar a construção de normativas, programas e projetos de modo independente, a fim de assegurar direitos preconizados pela própria Constituição Federal e pelos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres.

Sobre o princípio da universalidade das políticas, ressalte-se que todas as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. Ações afirmativas constituem uma transição necessária ao alcance da equidade de gênero.

A transparência dos atos públicos, que é imprescindível à administração pública, contempla um conjunto de valores essenciais, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Por fim, a superação da desigualdade de gênero passa necessariamente pela garantia do debate e da participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas. É isto que é assegurado pelo princípio de participação e controle social.

Com o Plano Municipal de Políticas para Mulher, o município assume o compromisso de concretizar estes princípios, promovendo o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, combatendo distintas formas de apropriação e exploração feminina e contribuindo com a construção social de valores pautados pela igualdade de gênero, raça e etnia.

3. PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER NO MUNICÍPIO DE BARUERI

O Plano Municipal de Políticas para Mulher é um instrumento de cidadania e de garantia de Direitos das Mulheres e foi elaborado a partir de um trabalho conjunto da Secretaria da Mulher, Conselho Municipal da Mulher, com o envolvimento das esferas de gestão municipal e de representações dos diversos segmentos da sociedade.

O Plano é o instrumento que determina e norteia o planejamento de toda a política para mulher do município, sendo uma diretriz da II Conferência Municipal de Políticas Públicas da Mulher. Ele foi constituído a partir do diagnóstico da situação feminina sob diversos aspectos, o que direcionou a seleção dos eixos de trabalho a serem considerados nos próximos 10 anos, para efetivar direitos e combater discriminações.

Neste contexto aconteceu na Secretaria da Mulher, no dia 17 de setembro de 2015, a II Conferência Municipal de Políticas para Mulher, que debateu o tema da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: “Mais Direitos, Poder e Participação para as Mulheres”. Como preparação foram realizadas pré-conferências nas principais regiões da cidade, elencando as propostas para a sua finalização neste evento.

As pré-conferências democratizaram o debate e possibilitaram uma escuta qualificada das mulheres nas diversas regiões da cidade. Por meio das pré-conferências foi diagnosticado um retrato mais próximo das demandas e preocupações das mulheres no Município de Barueri.

A discussão foi feita a partir de 4 eixos: “Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a Efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios; Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para as Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: avanços e desafios; Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade: recomendações; e Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações”.

Cumpre destacar a relevância do tema da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, considerando a importância de aprofundamento temático no processo democrático em nosso país e o empoderamento das mulheres com o objetivo fundamental de reunir o poder

público e a sociedade civil organizada, por meio de suas respectivas representações para avaliar a realidade das mulheres de Barueri e propor políticas que respondam as demandas identificadas nas perspectivas da elaboração do Plano Municipal para as Mulheres de Barueri, além de contribuir na construção da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Somente um Plano elaborado de forma a articular, sistematizar e integrar ações nos mais diversos serviços, tendo por foco o direito da mulher, poderá ampliar as chances de êxito na superação das desigualdades de gênero. Trata-se do planejamento de uma política para mulheres que passa a permear todas as demais políticas, direcionando investimentos, esforços e cuidados à proteção e empoderamento feminino.

Como forma de efetivação foram realizadas 04 oficinas sobre os eixos com objetivos de aprimorar as propostas para a elaboração do Plano Municipal, conforme descrição abaixo:

Eixos
Autonomia, Educação e Inclusão Social.
Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Homotransfobia.
Saúde Integral, Direitos Sexuais e Reprodutivos.
Enfrentamento a todas as formas de Violência contra as Mulheres.
Esporte, Cultura, Comunicação e Mídia.

O Plano Municipal de Políticas Públicas de Barueri, contempla 5 eixos de intervenção:

- ✔ Autonomia, Educação e Inclusão Social para Mulheres;
- ✔ Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Homotransfobia;
- ✔ Saúde da Mulher: Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- ✔ Enfrentamento a todas as formas de Violência Contra a Mulher;
- ✔ Esporte, Cultura, Comunicação e Mídia.

3.1. Metodologia para a construção das propostas

No dia 17 de setembro de 2015, num momento decisivo na história de Barueri que já tem à disposição tantos recursos e tecnologias poderosas que se devidamente redirecionadas, aconteceu no auditório da Secretaria da Mulher, a II Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Barueri, que debateu o tema da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: "Mais Direitos, Poder e Participação para as Mulheres". Como preparação foram realizadas pré- conferências, nas principais regiões da cidade, elencando as propostas para a sua finalização neste evento.

As pré-conferências democratizaram o debate e possibilitaram uma escuta qualificada das mulheres nas diversas regiões da cidade. Por meio das pré-conferências foi diagnosticado um retrato mais próximo das demandas e preocupações das mulheres no Município de Barueri, por meio da escuta e de dados estatísticos oficiais.

A II Conferência Municipal fez parte do processo da Conferência Nacional cuja discussão se deu a partir de 4 eixos: "Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a Efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios; Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para as Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: avanços e desafios; Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade: recomendações; e Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações".

Cumpre destacar a relevância do tema da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, porque essa questão tem a ver com o aprofundamento democrático e o empoderamento das mulheres. E por meio do poder público e da sociedade civil organizada, foram identificadas as perspectivas da elaboração do Plano Municipal para as Mulheres de Barueri.

A fim de fortalecer as indicações, palestras com representantes do governo e sociedade civil foram realizadas para fortalecer as discussões em cada eixo e depois de cada exposição à discussão em pequenos grupos. Sendo os palestrantes: Silmara Conchão - Gestora de Políticas para Mulheres de Santo André, Janete Pietá – Ex-Deputada Federal, Dr. Francisco Aurélio Fabbri – Médico Ginecologista da Secretaria da Mulher de Barueri e Cintia Damasceno – Assistente Social do Ministério Público do Estado de São Paulo – SP.

O eixo relativo à Autonomia, Educação e Inclusão Social para Mulheres inclui ações que visam direta ou indiretamente à qualificação e à independência da mulher, seja propiciando oportunidades de aperfeiçoamento, seja assegurando condições para o estudo e o crescimento profissional.

Os eixos de Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Homotransfobia, assim como de todas as formas de violência contra a mulher, contemplam o combate à discriminação, ao preconceito e a todas as formas de violência, por meio de ações preventivas e interventivas.

Da sensibilização ao acolhimento e acompanhamento de vítimas de violência e violações de direitos, promovendo a quebra de visões historicamente determinadas sobre a mulher e sobre o exercício da sexualidade, sobre sua etnia e raça. Consideramos importante destacar o trabalho com autores de agressão para mudança no que tange a cultura da violência contra mulher no Brasil.

O eixo correspondente à Saúde da Mulher: Direitos Reprodutivos e Sexuais abrange o suporte e a atenção às diferentes necessidades de cuidado ao longo do ciclo reprodutivo, não apenas assegurando os devidos atendimentos em cada fase da vida da mulher, mas também fomentando uma cultura de prevenção e autocuidado, fundamentais para o amadurecimento e a autonomia de seus direitos sexuais e reprodutivos. Prevê ações de orientação e conscientização para o exercício responsável da sexualidade e do papel parental.

Por fim, o eixo referente ao Esporte, Cultura, Comunicação e Mídia visa ampliar a participação feminina em atividades esportivas e culturais, promovendo saúde, qualidade de vida e bem estar. Na questão da comunicação e mídia propor ações que beneficiem o cotidiano feminino, valorizando a diversidade, enfatizando os direitos da mulher e transformando essa cultura atual de comunicação voltada a todas as formas de discriminação contra mulher (sexismo, racismo, igualdade de gênero e orientação sexual). Por isso esses serviços devem primar por qualidade e garantia de acesso.

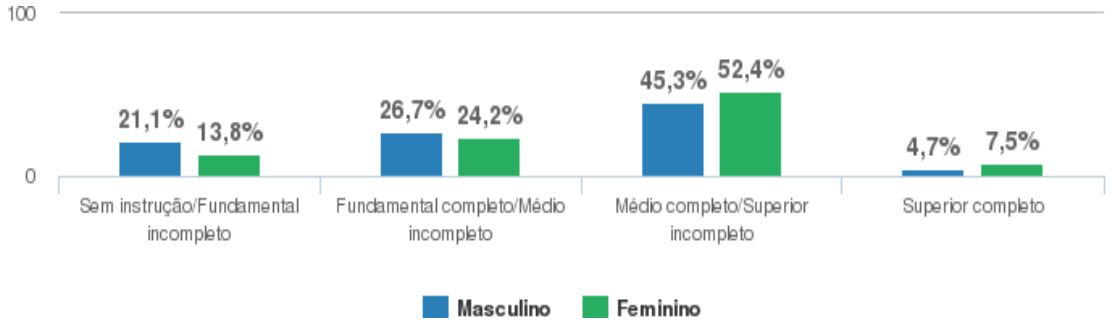
Trata-se de um conjunto de ações com resultados em curto, médio e longo prazo, que irá contribuir para uma cultura de paz, de um convívio mais tolerante com a diversidade de gênero, de um cenário mais justo e igualitário com as mulheres e, consequentemente, de um ambiente mais propício ao desenvolvimento humano sustentável.

3.2. Eixos

3.2.1. Autonomia, Educação e Inclusão para Mulheres

Na educação, o cenário que se observava em 2000 era preocupante: pouco mais da metade dos alunos concluiu o ensino fundamental (54,5%) e pouco mais de um terço conseguiu terminar o ensino médio (38,2%). Em 2010, estes percentuais elevaram-se para 61,1% no ensino fundamental e 54,9% no ensino médio. Constata-se que a conclusão dos estudos continua sendo um desafio, mas é inegável que o investimento realizado trouxe ganhos para o público feminino. A meta em atingir a igualdade de gênero no ensino fundamental e médio até 2015 foi praticamente alcançada (alcance de 94,9%), conforme demonstra a figura 1 a seguir:

Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução:

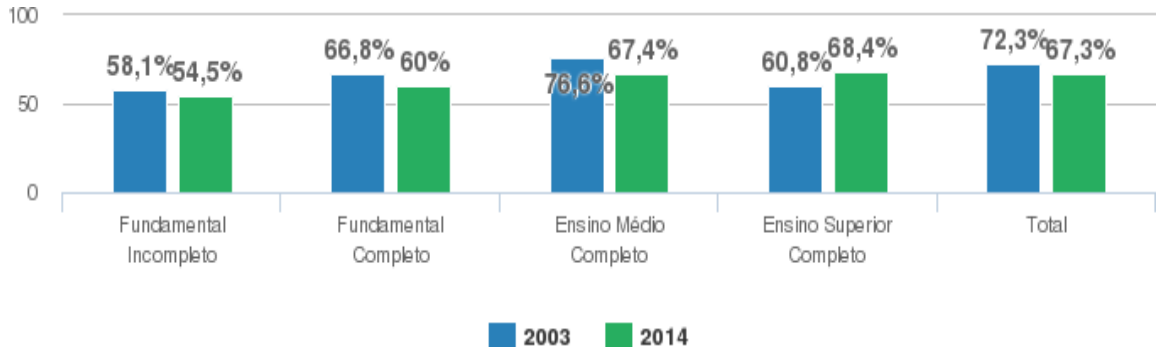


Fonte: IBGE - Censo Demográfico / Figura 1: comparação entre os públicos masculino e feminino no quesito escolaridade

Ressaltamos que o percentual de mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (13,8%) é bem inferior ao percentual de homens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (21,1%). As mulheres têm mais estudo, seguindo uma tendência nacional (8,4 anos de estudo para as mulheres e 7,4 para os homens, na área urbana, conforme dados do PNAD/IBGE de 2003).

Em relação à inserção no mercado de trabalho, a representatividade das mulheres alcança o percentual de 46,6% dos postos formais de ocupação em 2014. No entanto, persiste a desigualdade nos rendimentos femininos comparados aos rendimentos masculinos, conforme demonstrados na figura 2:

Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino, segundo ocupação formal e escolarização.



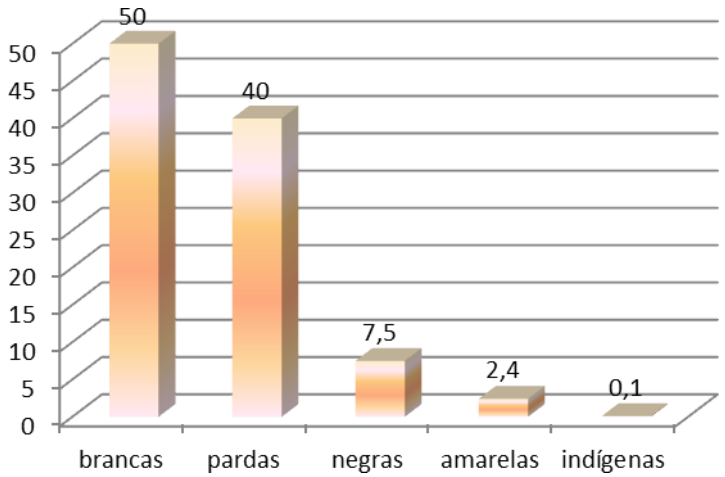
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS
Figura 2: comparação entre os rendimentos masculino e feminino

Segundo dados do IBGE (2010), entre os anos de 2000 e 2010, em Barueri, o número de homens com rendimentos financeiros caiu de 60% para 54%, enquanto o de mulheres cresceu de 40% para 46%. No entanto, os homens com vínculo empregatício representavam 36,75%, enquanto as mulheres com atividade formal representavam 26,70% da população economicamente ativa. O estudo também constatou que as mulheres já representavam 40,6% das pessoas responsáveis pelos seus núcleos familiares em 2010, mas em termos de rendimentos financeiros seus proventos continuavam inferiores. Em 2000, o rendimento médio masculino era de R$ 1.394,68 por mês, enquanto as mulheres recebiam apenas R$ 716,68 mensais, em média, um pouco mais da metade dos proventos médios masculinos. Dez anos depois, eles passaram a ganhar, em média, R$ 2.294,00 mensais, enquanto elas continuaram ganhando menos (R$ 1.370,25 por mês, em média). Mais da metade delas sustentava o lar com até um salário mínimo (54% das mulheres), sendo que este percentual, entre os homens era de 42%.

Em 2016, conforme dados baseados nos programas municipais da Secretaria de Promoção Social, as mulheres compõem 94% dos beneficiários de programas sociais, sendo que 89% delas assumem o papel de chefes de família.

Embora predominantemente brancas (50%), as mulheres de Barueri refletem a marca da diversidade racial característica de todo o país:

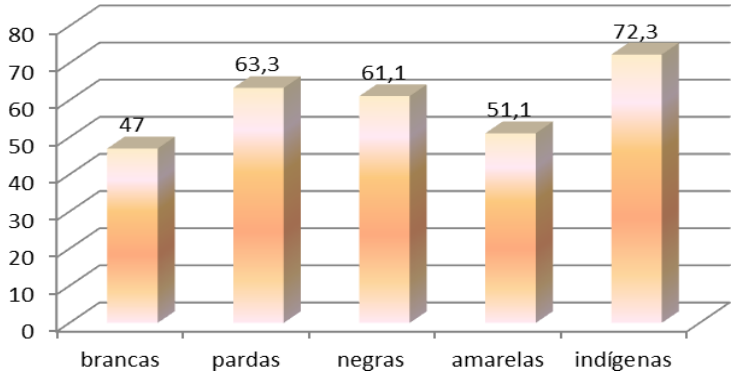
Percentual de mulheres de acordo com a etnia:



Fonte: Censo IBGE - 2010

Em termos de renda, é notória a associação entre cor e baixos salários, pois entre as minorias (mulheres negras, amarelas e indígenas) encontram-se altos percentuais de mulheres que ganham até um salário mínimo.

Percentual de mulheres que ganham até um salário mínimo

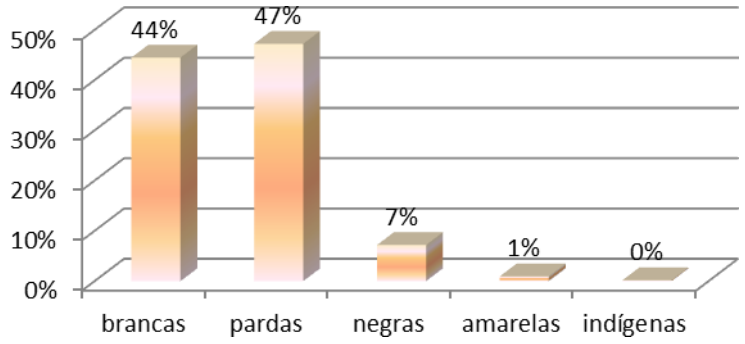


Fonte: Censo IBGE – 2010

Infelizmente, a desigualdade de rendimentos pode contribuir para que as crianças comecem a trabalhar muito cedo, muito antes que suas condições físicas e psicológicas permitam assumir riscos e responsabilidades. No ano de 2010, o trabalho infantil persistia no município,

atingindo 11.247 meninos e 10.931 meninas de 10 a 14 anos. A mudança desse cenário depende, fundamentalmente, da elevação da escolaridade feminina e sua inserção no mercado de trabalho de forma mais justa e igualitária. Ainda conforme dados do IBGE (2010), o percentual de mulheres não alfabetizadas é de 3,16%, enquanto o de homens é de 2,67%. Entre o público feminino, há uma predominância de mulheres brancas e pardas que não dominam a leitura e a escrita:

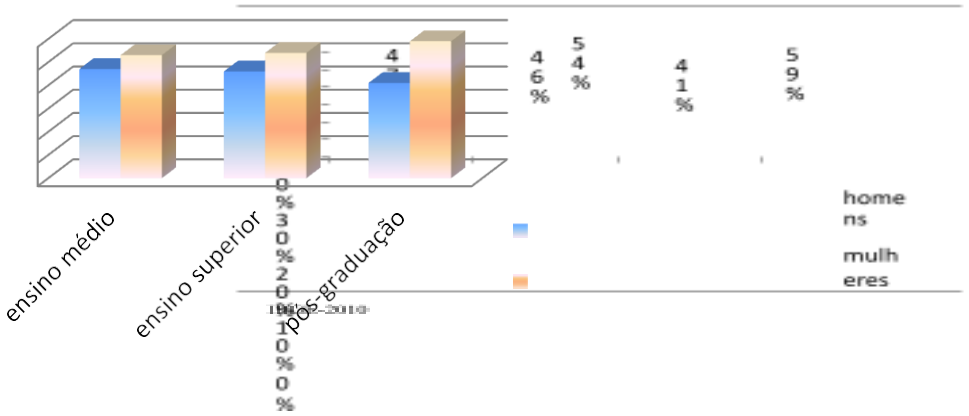
Percentual de mulheres não alfabetizadas



Fonte: Censo IBGE – 2010

Chama a atenção, porém, o engajamento feminino na busca da superação das lacunas existentes em seu processo de letramento e aprendizado. Conforme dados do IBGE, em 2000, 68% dos alunos que buscavam a educação de jovens e adultos no ensino fundamental eram mulheres. Em 2010, este percentual continuava alto: 55% das matrículas eram de mulheres, denotando seu interesse pela escolarização. O mesmo estudo do IBGE mostra que elas superam o número de homens no ensino médio, no ensino superior e na pós-graduação, muitas vezes conciliando os estudos com os demais desafios implicados no início da juventude e ao longo da vida adulta, como o trabalho, o cuidado da casa e a criação de filhos.

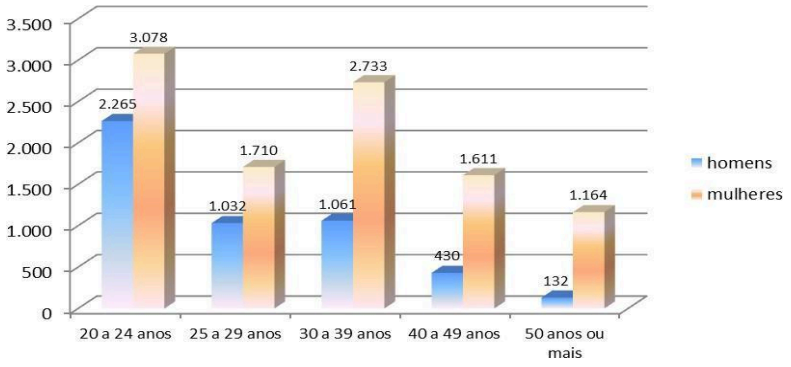
Percentual de mulheres e homens no ensino médio, nível superior e pós-graduação:



Fonte: Censo IBGE – 2010

No início da vida adulta, a partir dos 20 anos de idade, constata-se o maior investimento feito pelas mulheres em seu processo de aprendizagem. O final da carreira não representa o fim desse investimento. Ao contrário, a partir dos 50 anos é surpreendentemente superior o número de mulheres que buscam o conhecimento, em comparação com o número de homens:

Percentual de alunas e alunos, de acordo com a faixa etária



Fonte: Censo IBGE -2010

De acordo com registro de amostragem da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, nos cursos de capacitação que foram realizados entre janeiro de 2014 a julho de 2015, o Centro de Qualificação atendeu 888 mulheres e 439 homens, treinando mais do que o

dobro de pessoas do sexo feminino. Observa-se no primeiro semestre de 2016, a mesma tendência em relação a participação de gênero, nos cursos de informática, dos quais participaram 101 mulheres e 52 homens.

Por tudo isso, as ações voltadas à Autonomia, Educação e Inclusão Social das Mulheres visam primordialmente:

a) promover qualificação para que o público feminino alcance inserção no mercado de trabalho mais digna;
b) fomentar o empreendedorismo;
c) propiciar suporte para superar os desafios inerentes à dupla jornada de trabalho que caracteriza a realidade feminina;
d) promover a igualdade e equidade de gênero em termos econômicos, direitos legais, participação política;
e) ampliar condições de acessibilidade;
f) monitorar e avaliar objetivos que contribuam para a igualdade e equidade de gênero.

Especificamente em relação às condições de acessibilidade, cabe registrar que as mulheres são maioria entre a população deficiente (51,38%). As limitações, conforme dados do IBGE (Censo 2010) são as mais variadas possíveis, verificando-se a necessidade do município responder a demandas bastante específicas. Ainda, segundo o estudo do IBGE, a faixa etária mais atingida é a de 15 a 64 anos (34,49%), um intervalo que abrange períodos do ciclo vital bastante diferente, exigindo um mapeamento mais detalhado dessas necessidades dentro do município.

Autonomia, Educação e Inclusão Social

Ações	Metas	Órgão Executor	Parceiro	Prazo
Criar programa, por meio de parcerias e convênios às mulheres economicamente ativas, que apresentam vulnerabilidade no mercado de trabalho para concluírem o ensino superior.	Ampliar o número de mulheres com ensino superior no município.	Secretarias da Educação, Promoção Social e Mulher.	Faculdades e Universidades Locais e Regionais.	2026
Ampliação de classes de alfabetização para mulheres por meio da iniciativa pública e privada.	Promover curso de alfabetização inclusiva (EJA).	Secretaria da Educação.	Secretaria da Mulher, Terceiro Setor e Empresas	2020

			Privadas.	
Ampliar o número de unidades escolares de período integral para as modalidades de Ensino Infantil e Fundamental.	Intervir para que a mãe chefe de família tenha prioridade na matrícula escolar em unidades de período integral para seus filhos.	Secretaria de Educação.	Secretaria da Mulher.	2026
Incentivar a criação de horário noturno para creches municipais, atendendo as mulheres que comprovarem horário de trabalho.	Assegurar o direito à creche às trabalhadoras noturnas.	Secretaria de Educação.	Secretaria da Mulher e Conselho da Mulher.	2026
Promover cursos de capacitação profissional, com prévio estudo de demanda local e regional no mercado de trabalho, viabilizando parcerias com as empresas para inserir as mulheres em situação ou não de vulnerabilidade no mercado formal.	Ampliar número de mulheres capacitadas para atender a demanda do mercado de trabalho. Diminuir número de mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica.	Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e da Mulher.	Secretarias da Promoção Social, Educação e Terceiro Setor.	2021
Criar programa para atendimento às mulheres egressas de sistema prisional, com foco em políticas públicas de apoio como: educação, assistência social, saúde, trabalho e desenvolvimento econômico a fim de promover a ressocialização por meio da criação de fluxo de atendimento.	Diminuir número de mulheres com reincidência no sistema prisional.	Secretarias da Promoção Social e da Mulher.	Secretarias da Educação, Desenvolvimento Econômico e Trabalho, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Judiciário e Empresas Privadas.	2026
Criar programa de atendimento às adolescentes e jovens gestantes para não evadirem da escola.	Diminuir o número de adolescentes e jovens gestantes fora da escola.	Secretaria da Educação.	Secretarias da Mulher, Saúde e Promoção Social.	2017
Ampliar o serviço e horário de permanência na **Unidade Centro Dia**, da Secretaria dos Direitos de Pessoas com Deficiência, promovendo autonomia às mães com filhos com deficiência.	Proporcionar às mães com filhos **com deficiência maior** qualidade de vida.	Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Mulher.	Secretarias de Educação, Promoção Social, Cultura e Turismo e Esportes.	2018
Ampliar a capacitação mulheres jovens para a inserção no mercado de trabalho formal na busca pelo primeiro emprego.	Estimular a autonomia da mulher jovem.	Secretarias da Mulher, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Educação, e Governo.	Empresas privadas, ONGs, CMDCA, Organizações Sociais, e Secretaria da Promoção Social.	2018

Mapear e diagnosticar a desigualdade gênero.	Identificar quantas empresas são lideradas ou de propriedade de mulheres no município.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	Secretaria da Mulher e Organizações Institucionais de Pesquisas.	2019

Criar campanhas de sensibilização às empresas e Governo para a igualdade e equidade de gênero.	Ampliar número de mulheres em cargo de liderança, considerando a inclusão em todos os níveis de ocupação no mercado de trabalho sem discriminação.	Secretaria da Mulher.	Empresas privadas, Governo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	2026
Criar programas de responsabilidade social no âmbito corporativo por meio de ações.	Inserir o compromisso da empresa com a inclusão, a igualdade e os direitos humanos.	Secretaria da Mulher.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	2026
Criação de processos que possam contribuir para mensurar a discriminação.	Monitorar o número de notificações por discriminação racial, etnia, orientação sexual e identidade de gênero.	Secretarias de Promoção Social, Cultura e Turismo, Saúde e da Mulher.	DDM, Secretaria Nacional de Justiça, Assuntos de Segurança e Polícia Militar.	2020
Disponibilizar cursos de formação, geração de negócios e encontros.	Apoiar e orientar na implantação de seus próprios negócios – Empreendedorismo Feminino.	Secretaria da Mulher.	SEBRAE e Rede Mulher de Empreendedorismo.	2017
Promover encontros e propiciar a participação com as seguintes temáticas: Mercado de trabalho formal e informal, Autonomia da Mulher, Empreendedorismo, Cooperativismo, Associativismo, Grupo de Produção, participação da Mulher na localidade, Economia Solidária, Educação, Qualificação Profissional, Participação nos Espaços de Poder e de Decisão.	Fomentar a participação das mulheres em Seminários, Fóruns, Encontros e Oficinas.	Secretaria da Mulher.	Governo, Faculdades, Terceiro Setor, Parceria Público - Privado.	2018
Criar selo com iniciativa privada e pública: “Empresa amiga da Mulher” mediante programa de igualdade e equidade de gênero.	Fomentar a equidade de gênero nas empresas.	Secretarias da Mulher, Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Administração.	Empresas privadas, Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Suprimentos.	2026
Divulgar a lei que regulamenta a profissão empregada doméstica.	Estimular o cumprimento da lei de regulamentação de empregada doméstica.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	Governo, Empresas, Terceiro Setor e Ministério do Trabalho.	2018
Incentivar a ampliação do número de vagas em creches/maternais ou na falta das mesmas, incentivar a criação de convênios e considerar também o atendimento do Programa Bolsa Creche, contemplando	Dar condições para que a mulher tenha disponibilidade para o mercado de trabalho.	Secretaria da Educação.	Secretarias da Mulher e Promoção Social.	2026

ampliação				

do número de crianças beneficiárias.				
Estimular o aumento de vagas acessíveis nos transportes coletivos do município.	Garantir transporte urbano inclusivo.	Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana.	Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	2026
Incluir jovens e mulheres nos programas da Secretaria da Mulher a partir dos **16 anos** com atenção as suas especificidades, incluindo mulheres da terceira idade.	Propiciar atividades especificas com respeito a todas as faixas etárias.	Secretaria da Mulher.	Secretarias de Saúde; Cultura e Turismo, Governo e Esporte.	2020
Formar parcerias para oferecer linhas de crédito voltadas ao fortalecimento das associações, cooperativas e grupos produtivos de mulheres.	Ampliar o acesso à crédito e fomentar a prática da economia solidária para mulheres.	Secretarias de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho e da Mulher.	SEBRAE.	2018
Mapear o perfil da mulher e suas demandas.	Implantar sistema com banco de dados dos serviços voltados para mulher no município, contribuindo para a melhoria de atendimento e aperfeiçoamento de programas, ações e campanhas para mulheres.	Secretaria de Governo e Finanças.	Secretarias da Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico e do Trabalho e Finanças.	2018
Propor projeto de lei de incentivo fiscal para implantação de creches nas empresas privadas.	Proporcionar às mães melhor qualidade de vida e oportunidade no mercado de trabalho.	Secretarias de Finanças, Mulher, Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Câmara Municipal de Vereadores.	Empresas privadas.	2026
Promover fóruns e encontros ordinários sobre a participação feminina nos diferentes espaços de representação e poder.	Assegurar a equidade de gênero nos órgãos de representação e poder.	Secretaria da Mulher.	Conselho da Mulher e Câmara Municipal de Vereadores.	2018
Promover acolhimento para filhos durante a frequência das mulheres em ações voltadas para formação politica, igualdade e equidade de gênero e empoderamento feminino.	Ampliar o número de participação de mulheres nas ações da Secretaria.	Secretaria da Mulher.	Secretarias de Educação e Cultura e Turismo.	2026
Promover campanhas para isonomia de salários e responsabilidade compartilhada entre gêneros.	Conscientizar acerca da igualdade e equidade de gênero no trabalho.	Secretaria da Mulher.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	2026
Ampliar e fortalecer programas de modo efetivo e continuado na educação, incluindo no currículo escolar ações com relação ao	Garantir os direitos humanos, combater a discriminação de todas as	Secretaria da Mulher.	Secretaria da Educação.	2021

	ordens sociais e			

combate à todas as formas de violência , igualdade e equidade de gênero.	fortalecer a igualdade e equidade de gênero.			
Promover programas de desconstrução das profissões estereotipadas por gênero, passando por todos os níveis de Educação.	Desmistificar a ideia de que a mulher nasce inclinada para algumas atividades laborais. Incentivar a participação feminina em todas as áreas profissionais.	Secretaria da Educação.	Secretaria da Mulher.	2021
Promover programa de Capacitação com funcionários da Administração Pública e Privada voltada para ações de Igualdade de Gênero, Equidade de Gênero, Empoderamento da Mulher e Violência contra a Mulher.	Conscientizar e combater as desigualdades de gênero.	Secretaria da Mulher.	Secretaria de Administração.	2019
Fortalecer a inclusão da igualdade de gênero no currículo e planejamento pedagógico.	Estabelecer estratégias garantindo os direitos humanos, combater a discriminação de todas as ordens sociais e fortalecer a igualdade e equidade de gênero.	Secretaria da Educação.	Secretaria da Mulher.	2026

3.2.2. Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Homotransfobia

A discriminação associada às questões de etnia e gênero compromete a cidadania e indica a necessidade de mudanças culturais profundas. Por isso, por meio deste eixo, o Plano Municipal de Políticas para Mulheres prevê ações socioeducativas, voltadas à discussão e reflexão acerca da Diversidade que caracteriza a realidade concreta das mulheres. Contempla ações de capacitação para o manejo e combate às situações de preconceito, bem como a qualificação para o atendimento às demandas específicas das pessoas LBTT (Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis). Formula ainda dispositivos importantes para a ampliação da participação e controle social, seja por meio de ações voltadas à formação política, seja por meio da criação de espaços de representatividade pública. O Racismo é uma forma de violência, porém, este tipo de discriminação se manifesta de infinitas maneiras, especialmente num país que teve como base de sua construção a escravidão de negras e negros africanos. Portanto, o racismo ainda é cotidiano e invisível, está entranhado em nossas relações. Está presente nas relações trabalhistas com

empregadas domésticas e babás, na imagem estereotipada que a mídia reforça, no descaso das prisões, nas punições pelo crime de aborto. Está na pobreza e nos subempregos, na falta de escolaridade e no atendimento precário dos hospitais públicos.

Segundo o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos da Presidência da República, em 2015, os crimes referentes ao Preconceito Racial no Brasil, 82% correspondiam à discriminação seguido de 6,52% de violência psicológica. Das ligações registradas 52% foram feitos por mulheres e 94% das pessoas declararam-se pretos ou pardos. Os jovens são os que mais denunciam. Entretanto, na faixa etária entre 31 a 40 anos, o gênero feminino corresponde a 56% das ligações.

A lesbofobia, além da violência e hostilidade, é considerada também como medo que as mulheres têm em amar outras mulheres. É uma violência que nega o próprio desejo sentido da mulher que machuca, julga e acaba com perspectivas de felicidade para agradar a uma sociedade heteronormativa que castiga à duras penas, aquelas que não seguem o padrão preestabelecido.

A transfobia refere-se à aversão ou discriminação contra pessoas "trans" (transexuais, transgêneros ou travestis), baseada na expressão de sua identidade de gênero. A transfobia é uma série de atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas travestis, transexuais e transgêneros.

No ano de 2015, 318 (trezentos e dezoito) pessoas morreram assassinadas, vítimas de LGBTfobia no Brasil, proporcionalmente as Travestis e Transexuais são as maiores vítimas. O Brasil é o primeiro país em crimes de ódio contra a população LGBT. E mesmo tendo uma Lei que protege os cidadãos LGBT contra a Homotransfobia no Estado de São Paulo, 55 pessoas foram assassinadas em 2015. O Disque Denúncia (Disque 100) recebeu em 2015, 1.983 ligações de violências contra a população LGBT. Um aumento de 95% com relação ao ano de 2014. Sendo 53% de denuncias por discriminação, seguida de 26,42% de violência psicológica, 23% das vítimas são gays, 47% das violações acontece com pessoas entre 18 e 30 anos. Pretos e pardos correspondem a 58% no total de denúncias por violências e outras violações de direitos. (Fonte: Relatório da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de 2015: "Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos".

Sexismo é o termo que se refere ao conjunto de ações e ideias que privilegiam determinado gênero ou orientação sexual em detrimento de outro gênero (ou orientação sexual).

Trata-se de uma forma de discriminação, que conduz à subalternização, à marginalização ou mesmo à exclusão de pessoas ou grupos com base no seu sexo. Resulta, no fundo, da tendência para estabelecer estereótipos pretensamente fundamentados na Biologia, reflete a forma como o poder é distribuído e quais os grupos com acesso ao discurso definidor de identidades.

O Plano Municipal de Políticas para Mulheres por meio de debate em oficinas temáticas e com objetivo de valorizar a diversidade, propôs as ações na equidade de gênero e contribuição com o fim das estigmatizações contra sujeitos sociais, garantindo assim a efetivação de seus direitos e o pleno exercício da cidadania.

Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Homotransfobia.

Ação	Metas	Órgão Executor	Parceiro	Prazo
Implementar na rede pública municipal de ensino, projetos socioeducativos voltados para a superação de preconceitos homofóbicos .	Orientar corpo docente e discente para o convívio respeitoso em relação à diversidade.	Secretaria de Educação.	Secretarias da Mulher, Segurança Municipal e Estadual, Ministério Público e Judiciário.	2018
Capacitar os profissionais da educação para a identificação e encaminhamento com fluxo de serviço em situações de discriminação, violência e saúde.	Contribuir para a rápida identificação e solução de conflitos envolvendo questões raciais e ou de gênero.	Secretaria da Mulher.	Secretarias da Mulher, Saúde, Segurança Municipal e Estadual, Ministério Público e Judiciário.	2019
Promover campanhas na administração pública direta e indireta e iniciativa privada para estimular a inserção no mercado de trabalho à transsexuais e travestis.	Inserir população LGBTT no mercado de trabalho.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	Secretaria da Mulher, Empresas Privadas e Conselho da Mulher.	2020
Apoiar criação de comissão escolar com objetivo na descentralização do atendimento aos alunos da rede municipal no combate a violência de gênero.	Assegurar atenção especializada em casos de ocorrência no ambiente escolar, da temática LGBTT.	Secretaria de Educação.	Secretaria da Mulher, Empresas Privadas e iniciativas não governamentais.	2020
Promover formação continuada para rede de serviços governamental e não governamental sobre o atendimento às demandas LGBTT.	Ofertar serviços qualificados que atendam as demandas específicas LGBTT.	Secretaria da Mulher.	Todas as Secretarias, ONGs, DDM, MP e Judiciário.	2020
Apoiar programas por meio de financiamento público visando ações de OSC – Organização da Sociedade Civil voltadas para a população LGBTT.	Fomentar a participação do terceiro setor nas questões LGBTT	Secretaria da Mulher.	Secretaria da Promoção Social.	2022

SECRETARIA DA
MULHER

PREFEITURA DE
BARUERI
CIDADE INTELIGENTE

Criar serviço de acolhimento institucional para a população LGBTT em caso de abandono familiar e violência.	Assegurar proteção em situações de risco e emergenciais para a população LGBTT.	Secretaria de Promoção Social.	Secretarias da Mulher, Habitação.	2024
Criar Centro de Referência com equipe interdisciplinar para atendimento da demanda LGBTT, e encaminhamento aos serviços públicos disponíveis.	Humanizar e qualificar o atendimento da população LGBTT.	Secretaria da Mulher.	Secretarias de Segurança Municipal e Promoção Social.	2021
Encaminhar o projeto Lei / Nome Social, para aprovação da Lei Municipal, que garanta esse direito nos registros municipais.	Reconhecer o direito à identidade de pessoas LGBTT.	Secretaria da Mulher.	Todas as Secretarias Municipais e Câmara Municipal de vereadores.	2017
Criar conselho LGBTT.	Fomentar a participação política da população LGBTT.	Secretaria da Mulher.	Todas as Secretarias, ONGs e Câmara Municipal de vereadores.	2023
Criar protocolo de fluxo de serviços nos casos de discriminação à população LGBTT.	Promover o atendimento adequado aos casos de discriminação à população LGBTT	Secretaria da Mulher.	Todas as Secretarias Municipais, Delegacia da Mulher, Secretaria de Segurança Pública Estadual , Judiciário e Ministério Público.	2018

3.2.3. Saúde da Mulher: Direitos Sexuais e Reprodutivos

Na Secretaria de Saúde, o compromisso era diminuir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna. Óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto). A taxa de mortalidade materna caiu de 39,3 em 1996 para 17,3 em 2013, o que demostra a atenção dada às gestantes do município.



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS/
Figura 3: evolução da taxa de mortalidade materna

A taxa de mortalidade materna recomendada pela Organização Mundial de Saúde considera 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. Cabe registrar que aconteceram 29 óbitos maternos em Barueri no período de 1996 a 2013, número inferior à recomendação estabelecida para o Brasil, de 35 casos.

Cabe ressaltar que 79,5% (setenta e nove, cinco por cento) das gestantes realizaram 7 ou mais consultas pré-natais durante a gravidez e quase a totalidade das mães 99,8% (noventa e nove, oito por cento) tiveram seus partos assistidos por profissionais de saúde qualificados. O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, 6 (seis) consultas pré-natais durante a gravidez, pois quanto maior este número, maior a garantia de uma gestação e parto seguros, prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê.

Destacamos que o plano de ação elaborado pelo município para redução da taxa de mortalidade infantil, incluiu desde a busca ativa das gestantes atendidas no Pronto Socorro de Ginecologia e Obstetrícia até as pacientes atendidas em UTI -Unidade de Terapia Intensiva, com seguimento no pré-natal em até 7 dias após a ocorrência. As gestações de alto risco são referenciadas para o Hospital Municipal, a fim de assegurar um suporte adequado ao longo da gravidez. Os bebês internados em unidades de terapia intensiva e semi-intensiva também passaram a contar com monitoramento semanal, com avaliação retrospectiva do pré-natal e de toda ação da equipe de assistência básica. Uma revisão dos protocolos de atendimento também se encontra em curso, visando aprimorar os cuidados no início da vida, por meio de:

✔ Descentralização da coleta de urocultura, com inserção de mais dois pólos de coleta: UBS (Unidade Básica de Saúde) Dr. Adauto Ribeiro - Parque dos Camargos/Silveira e na UBS Armando Gonçalves de Freitas - Parque Imperial/Mutinga;

✔ Padronização da Fosfomicina 3g (Monuril®) como antibioticoterapia de primeira escolha no tratamento de ITU diagnosticada no pronto socorro da ginecologia e obstetrícia e nas UBS, permitindo maior adesão pela posologia em dose única, com uso supervisionado;

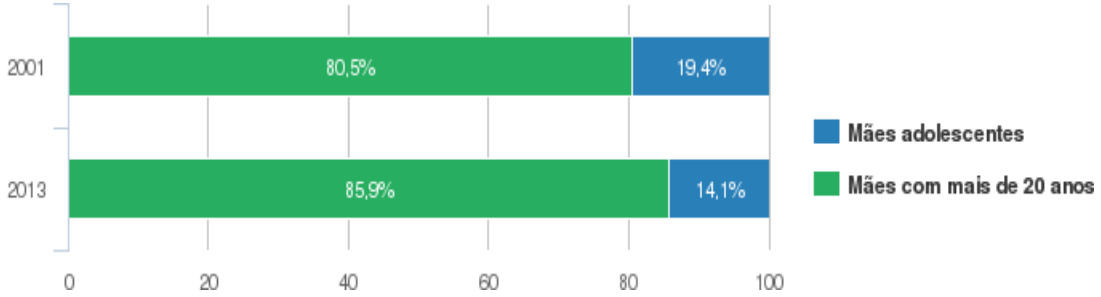
✔ Assistência imediata nos casos de resultados positivos em gestante- urocultura, sífilis, HIV, e estreptococo;

✔ Aumento da oferta de doppler obstétrico, US- ultrassom obstétrico e US- ultrassom morfológico; com oferta de exames na Policlínica do Engenho Novo e parceria com a Clínica Fetus;

✔ Oferta de glicosímetros e aparelho de dextro em todas as Unidades Básicas de Saúde, com distribuição pela farmácia.

Destaque-se, ainda no campo da saúde, o significativo investimento realizado em orientação sexual e cuidado à saúde da adolescente, visando a uma preparação para o exercício seguro da sexualidade e redução do número de mães adolescentes. Os resultados são palpáveis. Em 2001, 19,5% das crianças que nasceram no município eram de mães adolescentes, percentual reduzido para 14,1%, em 2013.

Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS/Portal ODM – Relatórios dinâmicos
Figura 4: Comparação entre o número de mães com idade superior a 20 anos e mães adolescentes

A prevenção da gravidez na adolescência é extremamente importante, pois significa ampliar as possibilidades de escolha e de construção de um projeto de vida para as meninas. Na maioria dos casos, as meninas grávidas e as mães muito jovens passam a enfrentar problemas e a assumir responsabilidades para as quais não estão preparadas, com graves consequências para elas mesmas e para a sociedade. Por isso, Barueri implantou três linhas de cuidado na assistência básica à saúde sexual e reprodutiva da adolescente:

✔ #PapoDSexualidade:

Grupos com intervalos mensais, com abordagem lúdica e atrativa por meio de oficinas com acompanhamento multiprofissional, para meninas a partir de 10 anos, com inclusão dos adolescentes do sexo masculino, com alternância de ação entre unidade básica de saúde e escolas municipais do território. Com verificação de pressão arterial, peso, estatura e fornecimento da caderneta do adolescente. Os grupos acontecem na UBS Armando Gonçalves de Freitas, Parque Imperial/Mutinga, UBS Maria de Lourdes, Engenho Novo e UBS Hélio Berzaghi Jardim Paulista/Votupoca.

✔ Pré-Natal de Adolescente:

Grupos com intervalos semanais, com oficinas multiprofissionais, para adolescentes gestantes e seus parceiros, com abordagem da gestação, descoberta da gravidez, plano de vida, anticoncepção e cuidados com recém-nascido. É desenvolvido nas UBSs Armando Gonçalves de Freitas, Parque Imperial/Mutinga, Amaro Jose de Souza, Jardim Mutinga, Helio Berzaghi, Jardim Paulista/Votupoca e Maria de Lourdes, Engenho Novo.

✔ Ginecologia Adolescente:

Atendimento médico especializado, tendo como arsenal anticoncepcional o uso do dispositivo hormonal intrauterino. É conduzido nas UBSs Armando Gonçalves de Freitas, Parque Imperial/Mutinga, Amaro Jose de Souza, Jardim Mutinga, Helio Berzaghi, Jardim Paulista/Votupoca e Maria de Lourdes, Engenho Novo.

Compreender que o corpo feminino exige cuidados específicos desde o início do ciclo reprodutivo, atentar para os exames preventivos em cada fase da vida, usufruir de serviços altamente qualificados, ter acesso à informação são pressupostos básicos para o exercício saudável e responsável da sexualidade. Além disso, diante de circunstâncias dolorosas que afetam a saúde mental, como a violência sexual, a infertilidade, entre outras, dispor de atendimentos especializados e equipes treinadas podem fazer diferença entre uma condição prolongada de sofrimento e fragilização gradual ou a superação das dificuldades, acompanhada do fortalecimento da autoestima e do amadurecimento.

As mulheres são a maioria da população e as principais usuárias do Sistema Único de Saúde - SUS. Conformam, portanto, um segmento social fundamental para as políticas de saúde, não apenas pela sua importância quantitativa, mas, especialmente, porque neste campo as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres.

O direito à saúde está previsto na Constituição Federal, sendo obrigação do Estado prover os serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O direito das mulheres à saúde deve ser compreendido de forma integral, ou seja, considerando as mulheres não apenas em suas funções reprodutivas, mas também como indivíduos autônomos que têm o direito ao pleno acesso aos

serviços de saúde, sendo estes relacionados ou não à maternidade. As mulheres são compreendidas, nesse paradigma, como sujeitos ativos no cuidado de sua saúde, e para quem a maternidade deve ser uma escolha, e não uma obrigação. Assim, o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres depende de seu acesso à serviços de saúde de qualidade, que ofereçam meios de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e métodos contraceptivos.

A PNAISM- Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher tem como objetivo consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, com a preocupação em aperfeiçoar a atenção obstétrica e o acesso ao planejamento familiar; melhorar a atenção ao abortamento inseguro e à violência doméstica e sexual; reduzir a morbimortalidade por causas previsíveis e evitáveis, a prevenção e o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis incluindo o HIV/AIDS; o câncer de mama e de colo de útero e o tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. Todos os dados e metas que deverão ser alcançados são monitorados por meio do sistema nacional.

Abaixo destacamos alguns dados referentes ao município de Barueri, monitorados por meio do sistema nacional, que norteiam as ações da saúde da mulher:

Rastreamento de Câncer de Colo:

UBS	Pop.Alvo 25-64 anos	Coleta Pop.Alvo-SISCAN	Coleta Pop.Geral SISCAN	Coleta NEXT	% Exames coletados na pop.alvo	Razão	% cito alteradas	Necessidade de consulta de primeira vez Colpo
Mutinga	2692	1170	1406	1230	83.21	1.30	4.9	
Imperial	5.447	1327	1549	832	85.67	0.73	4.8	
Boa Vista	4921	1105	1326	1321	83.33	0.67	4.3	
Aldeia	7403	895	1099	1136	81.44	0.36	5.18	
Santa	497	286	326	330	87.73	1.73	4.9	
Distrito Leste	**20.960**	**4.783**	**5.706**	**4.849**	**83.82**	**0.68**	**4.82**	**275**
Camargo	6760	2083	2501	2180	83.29	0.92	4.87	
Paulista	8412	2146	2645	1910	81.13	0.77	5.2	
Viana	4847	1496	1819	1946	82.24	0.93	4.45	
Audir	7215	1312	1566	1587	83.78	0.55	8.23	
M.Helena	1169	686	772	1247	88.86	1.76	2.46	
Distrito Sul	**28.403**	**7723**	**9303**	**8870**	**83.86**	**0.82**	**5.0**	**465**

Chacara	1.046	464	568	546	81.69	1.33	4.90	
Pedro Izzo	3.839	1.526	1.822	1.485	83.75	1.19	5.21	
Reginalice	2.567	623	758	1.636	82.19	0.73	6.60	
Ceres	2.689	1.018	1.206	822	84.41	1.14	5.38	
Engenho 2	5.002	1.607	2.000	2.274	80.35	0.96	6.00	
Belval	6.999	1.558	1.895	1.250	82.22	0.67	5.12	
Distrito Oeste	**22.142**	**6.796**	**8.249**	**8.013**	**82.38**	**1.08**	**5.53**	**456**
Total	71.505	19.302	23.258	21.732	82.99	0.81	5.11	1.196

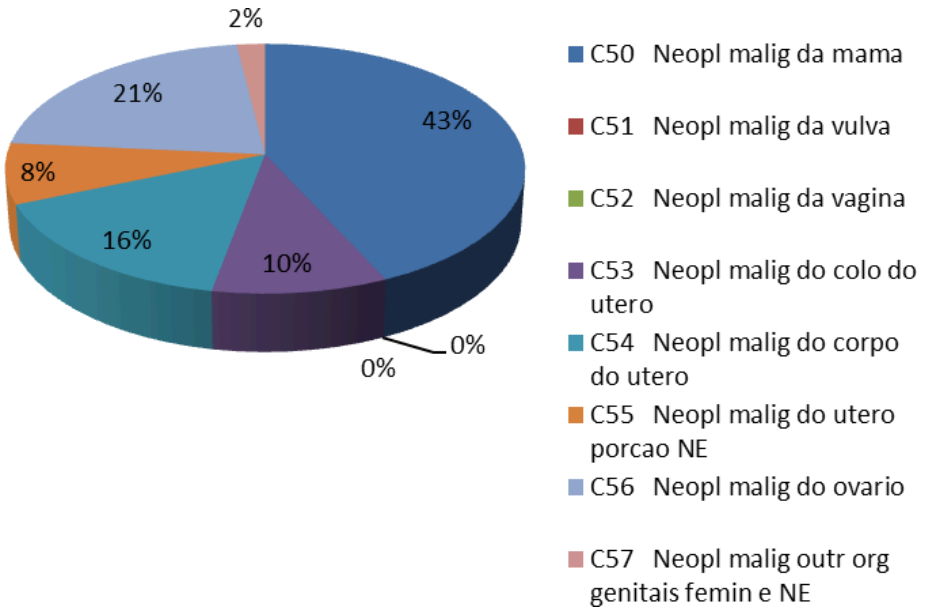
Rastreamento de Câncer de Mama:

UBS	Pop.Alvo 50-49 anos	MMG Pop. Alvo-SISCA N	MMG Pop. Geral SISCAN	MMG NEXT	% Exames realizados na pop.alvo	Razão	MMG alteradas	Necessidade de consulta de mastologia
Mutinga	683						29	54
Imperial	1.129						43	84
Boa Vista	1.635						42	83
Aldeia	2.539						36	70
Santa	125						2	4
Distrito Leste	**6.111**						**152**	**295**
Camargo	1.606						59	115
Paulista	1.927						79	157
Viana	1.097						52	101
Audir	1.969						129	254
M.Helena	376						13	22
Distrito Sul	**6.975**						**332**	**649**
Chacara	194						3	6
Pedro Izzo	970						38	74
Reginalice	644						38	69
Ceres	599						23	41
Engenho 2	1.244						54	106
Belval	1.868						55	110
Distrito Oeste	**5.519**						**211**	**406**
Total	18.605	6.782	13.447	12.867	50.44	0.73	2.96	1350

Óbitos por neoplasia ginecológica:

Causa (CID10 3D)	2011	2012	2013	2014	2015
C50 Neoplasia maligna da mama	32	14	27	17	22
C51 Neoplasia malignada vulva	1	0	1	0	0
C52 Neoplasia maligna da vagina	1	0	0	0	0
C53 Neoplasia maligna do colo do utero	8	3	7	4	5
C54 Neoplasial maligna do corpo do utero	3	0	1	3	8
C55 Neoplasia malignado utero porcao NE	3	6	3	9	4
C56 Neoplasia maligna do ovario	0	3	3	8	11
C57 Neoplasia maligna outros órgãos genitais feminino e NE	0	0	0	1	1
Total	**48**	**26**	**42**	**42**	**51**

Fonte: SIM

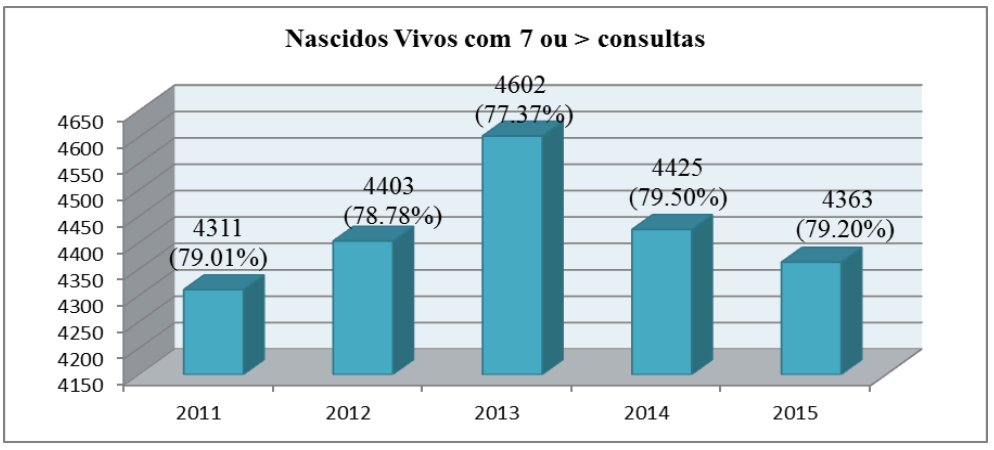


SECRETARIA DA MULHER

PREFEITURA DE BARUERI CIDADE INTELIGENTE

Acompanhamento Pré-Natal 2015:

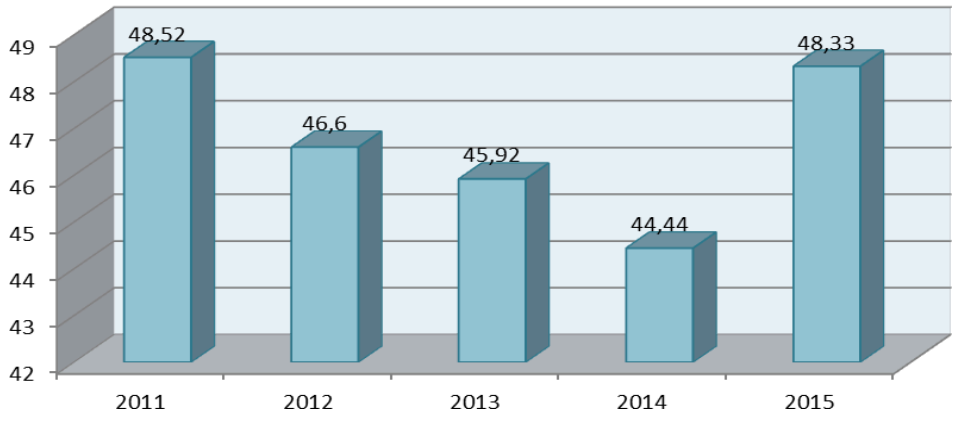
Unidade Básica de Saúde	Gestantes acompanhadas SISPRENATAL-2015	Gestantes/ mês (Planilha-nov/15)	Gestantes novas/mês (Planilha-nov/15)	Gestantes transferidas ou no PNAR/ mês (Planilha-nov/15)	Captação precoce <12 semanas (%) (SISPRENATAL- 2015)	Gestantes > 35 sem (Planilha-nov/15)	Nascidos Vivos 2015 (SINASC)
Mutinga	335	169	41	6	79	20	268
Imperial	779	495	85	120	75	59	660
Boa Vista	436	174	6	92	79	61	355
Aldeia	150	105	12	4	81	11	107
Santa	57	29	7	4	86	5	60
Distrito Leste	**1757**	**972**	**151**	**226**	**80**	**156**	**1450**
Camargo	813	448	75	23	72	62	752
Paulista	600	223	91	11	75	17	502
Viana	361	167	38	4	84	16	308
Audir	681	413	61	107	74	64	647
M.Helena	110	60	10	3	75	16	109
Distrito Sul	**2565**	**1311**	**275**	**148**	**75**	**175**	**2318**
Chacara	93	71	3	0	82	29	89
Pedro Izzo	322	232	37	41	85	86	303
Reginalice	170	64	9	6	79	12	159
Ceres	366	165	34	25	79	25	316
Engenho 2	506	172	121?	2	80	--	350
Belval	729	138	35	34	87	16	520
Distrito Oeste	**2186**	**842**	**239**	**108**	**82**	**168**	**1737**
Total	6508	3125	665	482	79	499	5505



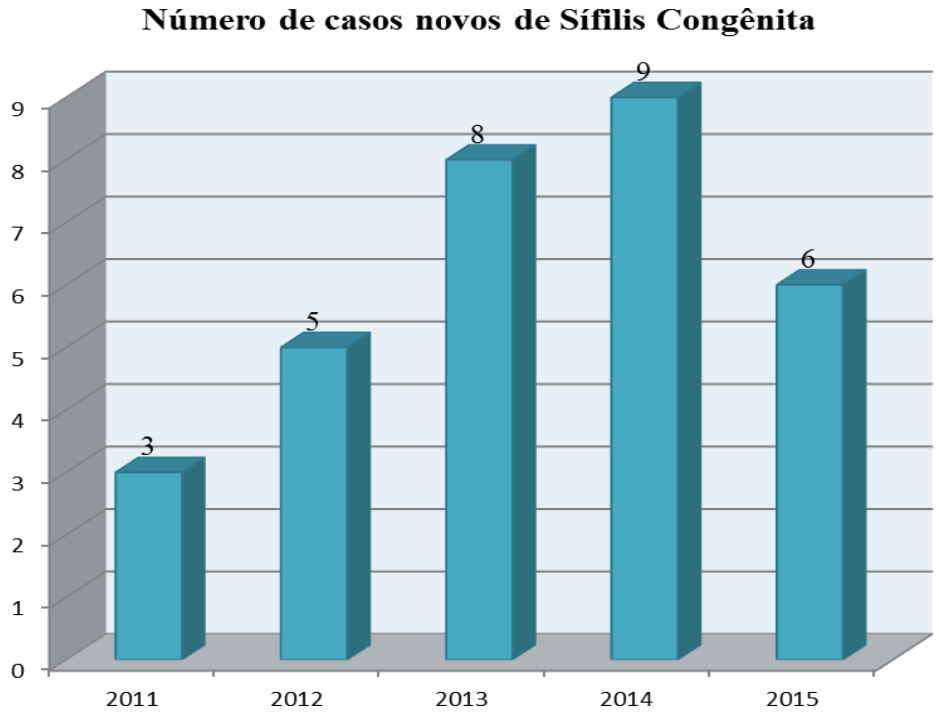
Nascidos Vivos de residentes em Barueri por duração da gestação - 2014 e 2015

Duração Gestação	2014	2015
Menos 22	0	6
22 a 27	27	28
28 a 31	43	54
32 a 36	497	412
37 a 41	4874	4890
42 e +	75	51
N Inf	28	65
Total	**5.544**	**5.506**
% Prematuros	**10,23**	**9.08**

Proporção de Parto Normal



(Fonte:VISA)	Distrito Sul	Distrito Leste	Distrito Oeste	Total
Sífilis gestante	5	3	4	12
Sífilis Congênita				6
Sífilis Adquirida	7	7	5	19
HIV gestante				5
HIV RN				0
Hepatite Gestante	0	0	0	0
Condiloma	2	0	8	10
Microcefalia/Zika	0	0	0	0



Planejamento Familiar:

REGIÃO LESTE									
INÍCIO EM 2015									
ANO INICIO	**UBS**	**LAQUEADURAS TUBARIAS**				**VASECTOMIAS**			TOTAL
		LT	**LTC**	**LT-PL**	**SUB-TOTAL**	**V**	**V-PL**	**SUB-TOTAL**	
2015	**AGF**	33	19	6	58	23	0	23	81
	AJS	5	8	1	14	23	1	24	38
	BOC	3	9	2	14	14	2	16	30
	JFC	5	3	0	8	11	1	12	20
	MMM	0	0	1	1	3	0	3	4
	TOTAL	46	39	10	95	74	4	78	173

AGF – Armando Gonçalves de Freitas – Parque Imperial/Mutinga
AJS – Amaro José de Souza – Jd. Mutinga
BOC – Benedito de Oliveira Crudo – Vila Boa Vista
JFC – José Francisco Cambaia – Aldeia de Barueri
MMM – Maria Magdalena Macedo – Jd. Santa Cecília

REGIÃO OESTE									
INÍCIO EM 2015									
ANO INICIO	**UBS**	**LAQUEADURAS TUBARIAS**				**VASECTOMIAS**			**TOTAL**
		LT	**LTC**	**LT-PL**	**SUB-TOTAL**	**V**	**V-PL**	**SUB-TOTAL**	
2015	EID	6	6	1	13	6	0	6	19
	HLF	10	15	3	28	25	0	25	25
	JS	4	10	0	14	6	0	6	20
	MLHM	8	4	1	13	25	0	25	38
	PI	16	6	6	28	22	1	23	51
	PJRR	17	9	2	28	25	0	25	53
	TOTAL	61	50	13	124	109	1	110	234

EID – Dra. Elisabete Izilda Duleba
HLF- Hermelino Liberato Filho – Jardim
Belval JS – João de Siqueira – Jd. Reginalice
MLHM – Maria de Lourdes Hernandez Matos – Engenho
Novo PI- Pedro Izzo – Jd. Esperança
PJRR- Pastor José Roberto Rossi – Jd. Califórnia

REGIÃO SUL									
INÍCIO EM 2015									
ANO INICIO	**UBS**	**LAQUEADURAS TUBARIAS**				**VASECTOMIAS**			**TOTAL**
		LT	**LTC**	**LT-PL**	**SUB-TOTAL**	**V**	**V-PL**	**SUB-TOTAL**	
2015	AR	17	13	3	33	23	1	24	57
	HB	33	10	14	57	53	6	59	116
	MFM	9	14	3	26	14	3	17	43
	RSR	0	1	0	1	3	0	3	4
	VN	21	16	5	42	33	6	39	81
	TOTAL	80	54	25	159	126	16	142	301

AR - Dr. Adauto Ribeiro – Parque dos Camargos / Silveira
HB – Hélio Berzaghi – Jardim paulista / Votupoca
MFM – Maria Francisco de Melo – Parque Viana / Votupoca
RSR – Raquel Sandrini Ruela – Jardim Maria Helena / Votupoca
VN – Vicente Nemeth – Jardim Audir / /Silveira

Total Geral: 378 laqueaduras/330 vasectomias

A feminização da AIDS e outras DSTs demandam estratégias e abordagens específicas. Entre 2001 e 2008 a taxa de incidência de AIDS no Brasil caiu 1,7% para os homens, enquanto que entre as mulheres aumentou 3,1% (dados do Ministério da Saúde, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, 2009). O câncer, especialmente de mama e colo do útero, é um grande vilão no que diz respeito à saúde feminina, que ainda vitimiza um grande número de mulheres. É necessário expandir o acesso das mulheres ao planejamento reprodutivo, garantindo o acesso a métodos contraceptivos, como pílulas anticoncepcionais, preservativos femininos, DIU etc.

Também com relação à saúde materna são necessários avanços das políticas públicas. Embora o país tenha feito importantes avanços na redução da mortalidade materna, ainda não foi atingida a meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A expansão do atendimento pré-natal e a humanização do atendimento obstétrico complementam os esforços pelo atendimento adequado às gestantes e parturientes.

Cabe ressaltar que importantes passos foram dados em relação à autonomia dos corpos no que diz respeito à interrupção da gravidez. Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal autorizou a interrupção da gravidez para fetos anencéfalos. O acesso ao aborto legal e seguro em casos em que a gravidez foi decorrência de um estupro ou em casos de risco de morte materna é também um direito da mulher, que deve ser exercido de forma segura.

Por isso, neste eixo de atuação, o Plano de Políticas Públicas para Mulheres de Barueri integra ações de cuidado, prevenção, suporte, orientação, conscientização, investimento em qualidade do atendimento e dos recursos, oferecendo um apoio voltado fundamentalmente à saúde das mulheres.

Eixo: Saúde Integral e Direitos Reprodutivos

Ação	Meta	Órgão Executor	Parceiro	Prazo
Apoiar a criação de Centro Especializado na Saúde Integral, direitos reprodutivos e violência sexual contra Mulher.	Facilitar, otimizar e centralizar o acesso aos serviços especializados.	Secretaria de Saúde.	Secretaria da Mulher.	2026
Promover campanhas sobre a saúde integral da mulher e suas especificidades.	Conscientizar o público feminino sobre as necessidades de cuidado e prevenção com a saúde.	Secretaria da Mulher e Saúde.	Secretarias da Mulher e Saúde.	2018
Garantir acesso a exames de imagem, ampliando a oferta de exames de diagnostico.	Diagnosticar precocemente as doenças, prevenção e tratamento.	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Mulher.	2026
Intensificar campanhas para busca ativa da coleta de Papanicolau em todo o município, incluindo programa específico com ações voltadas à comunidade escolar.	Conscientizar, prevenir e tratar a saúde ginecológica.	Secretarias da Saúde e Mulher.	Secretaria da Educação.	2018
Fortalecer o Programa Núcleo de Combate ao Câncer de Mama.	Oferecer acolhimento para mulheres acometidas pelo câncer de mama.	Secretaria da Saúde.	Secretarias de Promoção Social e Mulher.	2018
Apoiar na criação de casas de recuperação para combate à drogadição feminina.	Reabilitar mulheres.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Promoção Social e Mulher.	2026
Criar casa de acolhimento institucional para a população LGBTT.	Promover proteção integral durante período de vulnerabilidade social concomitante a projetos de inserção social.	Secretaria da Mulher.	Secretarias de Promoção Social e Saúde.	2026
Mapear, criar fluxo de serviços e otimizar o atendimento em rede para demanda de saúde mental da mulher.	Identificar e assegurar a qualidade do atendimento às mulheres com doenças mentais.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Mulher, Promoção Social.	2020
Criar protocolo e fluxo de atendimento com garantia e qualidade aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual, lesão corporal e abortamento.	Qualificar o atendimento para casos de violência contra a mulher.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Mulher, Promoção Social e DDM – Delegacia de Defesa da Mulher.	2020
Oferecer acolhimento, informações e apoio às decisões da mulher infértil.	Ampliar a oferta de suporte clínico à mulher com questões de infertilidade.	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Mulher.	2026
Implementar fluxo de atendimento à gestante para que a partir de um determinado período de gestação ela saiba em qual hospital / maternidade será realizado o parto.	Melhorar e sistematizar o atendimento à gestante.	Secretaria de Saúde.	Secretaria Mulher e Secretaria Estadual da Saúde	2026

SECRETARIA DA
MULHER

PREFEITURA DE
BARUERI
CIDADE INTELIGENTE

Atender a mulheres cadastradas no programa como forma de redução da mortalidade infantil e garantir busca ativa.	Ofertar meios de ampliar a escolarização e conhecimentos básicos como: planejamento familiar, cuidados na primeira infância, acesso a programas de geração de renda.	Secretaria da Saúde.	Secretaria de Governo.	2020
Aumentar a oferta de transporte às gestantes de alto risco para realização de Pré-natal e exames complementares.	Ampliar a oferta de vale transporte, garantindo o acesso ao pré-natal.	Secretaria da Saúde.	Secretarias de Promoção Social e Mulher.	2020
Atualizar e distribuir carteiras de gestantes com foco no acompanhamento e monitoramento do pré-natal com referência no sisprenatal-web.	Melhorar o serviço de pré-natal à gestante por meio do monitoramento.	Secretaria da Saúde.	Secretarias de Promoção Social e Mulher.	2018
Implantar programa de atendimento ao parto humanizado (apoiar e articular o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto, no parto e pós parto).	Assegurar métodos e recursos que propiciem conforto e cuidado no momento do parto.	Secretaria da Saúde.	Hospitais públicos e privados.	2020
Apoiar o parto natural com segurança.	Assegurar acesso a informações como forma de reduzir as taxas de cesáreas desnecessárias.	Secretaria da Saúde	Secretaria da Mulher	2026
Incentivar no setor público e privado licença maternidade até os seis meses de vida do bebê.	Assegurar a mãe o direito a maternidade fortalecendo laços.	Secretaria da Saúde	Secretaria da Mulher	2026
Criar um programa de monitoramento e prevenção à segunda gestação em casos de adolescentes.	Assegurar acesso à informação, orientação e conscientização para o exercício responsável da sexualidade e da maternidade e paternidade.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Educação e Promoção Social.	2018
Fortalecer campanhas de prevenção à gravidez na adolescência e DSTs-Doenças Sexualmente Transmissíveis.	Assegurar acesso à informação, orientação e conscientização para o exercício responsável da sexualidade.	Secretaria de Saúde.	Secretarias de Educação e Mulher.	2018
Garantir acesso a formas técnicas de esterilização feminina, consideradas atualmente menos invasivas.	Assegurar a disponibilidade de métodos humanizados de esterilização feminina.	Secretaria da Saúde.	Hospitais públicos.	2026
Ampliar a realização de cirurgias de esterilização masculina.	Reduzir o tempo de espera para a realização das cirurgias de esterilização masculina.	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Mulher.	2026
Promover e ampliar os serviços de atenção à saúde das mulheres no climatério, considerando os	Melhorar a qualidade de vida da mulher na fase do Climatério, Menopausa.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Educação e Promoção Social.	2018

aspectos físicos, psicológicos e sociais desta fase da vida da mulher.				
Contemplar a vacina de HPV para meninos e meninas de 9 a 13 anos.	Prevenir a incidência do HPV.	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Mulher, Educação e Conselho Tutelar.	2018
Garantir no atendimento clínico com especialidade em ginecologia, bem como a coleta de exames, o acompanhamento de um agente de saúde, auxiliar ou técnico de enfermagem e ou acompanhamento de um familiar da paciente.	Combater e inibir o assédio sexual às mulheres durante consultas e procedimentos clínicos.	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Mulher e DDM Delegacia de Defesa da Mulher.	2026
Ampliar a Rede Nacional de Bancos de Leite Humano nos hospitais / maternidades.	Implantar serviços de coleta nas Unidades Básicas de Saúde.	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Mulher e Educação.	2020
Proporcionar encontros com funcionários da Secretaria de Saúde e Secretaria da Mulher.	Oferecer subsídios para que possam receber informações necessárias em relação à saúde mulher.	Secretaria da Mulher.	Secretaria da Saúde.	2018
Fortalecer o diagnóstico da anemia falciforme	Aumentando a oferta e o acesso aos serviços de saúde.	Secretaria de Saúde.	Secretaria da Mulher.	2026
Trabalhar a prevenção do HPV, através de campanhas e garantir a acessibilidade, com ações de enfrentamento ao racismo, fobia LGBTT, e todas as formas de discriminação as mulheres.	Fortalecer o tratamento às mulheres com HPV. Garantir a capacitação continua a equipe de saúde com 100% dos profissionais dos serviços de atendimento com vistas à humanização. Notificar e encaminhar para a Secretaria da Mulher	Secretaria de Saúde.	Secretaria da mulher	2026
Promover ações específicas de modo descentralizado e qualificar as equipes para o atendimento com recorte geracional para as mulheres, atenção especial às lésbicas, bissexuais e transexuais, pessoas com deficiências em situação de violência sexual, violência doméstica ouintra-familiar. E para usuárias de álcool e drogas.	Qualificação dos profissionais da rede Municipal de saúde. Equipe 100% qualificada.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Mulher, Promoção Social e Educação.	2020

3.2.4. Enfrentamento a todas as Formas de Violência Contra a Mulher

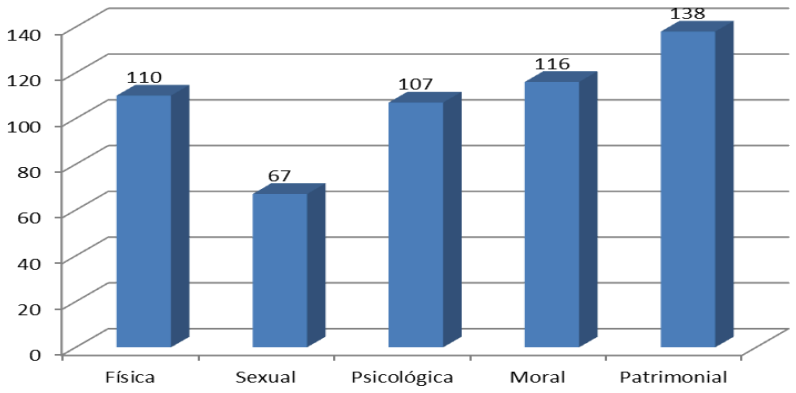
Segundo dados da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o disque 180 – Central de Atendimento à Mulher, recebeu amostragem com base no ano 2015: 63.090 denúncias de Violência contra Mulher, 31.432 corresponderam a denúncias de violência física (49,82%), 19.182 de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 1.382 de violência patrimonial (2,19%), 3.064 de violência sexual (4,86%), 3.071 de cárcere privado (1,76%) e 332 envolvendo tráfico (0,53%). Os atendimentos registrados pelo Ligue 180 revelaram que 77,83% das vítimas possuem filhos (as) e que 80,42% desses (as) filhos (as) presenciaram ou sofreram a violência."

(Fonte:http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/ - 13/07/2016).

Ressalte-se que o município de Barueri foi o primeiro a reunir no mesmo prédio a Secretaria da Mulher e a Delegacia da Mulher (parceria entre o Estado e o Município), possibilitando que a mulher com seus direitos violados denuncie o autor de agressão e receba além das orientações a formalização da denúncia, o acolhimento imediato da Secretaria da Mulher, por meio do trabalho integrado, oferecendo serviços disponíveis no local.

A Coordenadoria do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria da Mulher de Barueri acolheu em 2015, 538 queixas, tendo acompanhado 90% delas. A maioria das denúncias envolveu mais de um tipo de violência, entre física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. Houve um predomínio das violências patrimonial e física, mas de maneira geral, pode-se constatar, pelos números, que a agressão contra a mulher tem imposto formas combinadas de constrangimento, o que implica um sofrimento em várias dimensões:

Tipificação das formas de violência contra as mulheres em 2015:



Os números referentes ao primeiro trimestre de 2016 são muito próximos daqueles observados no mesmo período de 2015, com uma redução pequena nos casos de violência sexual e moral, que ao longo do ano, podem não representar uma queda estatisticamente significativa:

TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
FÍSICA	11	7	5	5	0	7
SEXUAL	2	2	9	0	1	6
PSICOLÓGICA	6	13	8	10	13	13
MORAL	15	6	14	9	7	9
PATRIMONIAL	26	15	16	12	19	9

A violência contra as mulheres acontece em todos os bairros do município, contudo pela amostragem dos casos atendidos pela Coordenadoria de Enfrentamento à Violência contra Mulher, as regiões de Barueri com maior incidência de violência são: Cruz Preta, Jardim Silveira e Votupoca, nas quais foram registradas respectivamente, 15,65%, 14,89% e 13,36% dos casos. Nos dois últimos anos, essa violência tem incidido mais sobre a faixa etária de 20 a 29 anos, sendo cometida por pessoas do sexo masculino. Houve seis óbitos em função dessa violência em 2014. Segundo registros da DDM, existiram 88 ocorrências por mês relacionadas à Lei Maria da Penha em 2014 e 74 queixas por mês, em 2015. Deve-se destacar, porém, a

importante mudança observada no município, já que entre os anos de 2011 a 2013, a faixa etária mais agredida era a de crianças e adolescentes, vítimas de violência cometidas por pessoas do sexo feminino.

O Plano Municipal de Políticas para Mulheres reúne ações focadas no suporte à mulher vítima de violência, visando oferecer condições para fortalecer seu processo de empoderamento e autonomia, em consequência um novo projeto de vida fora do ciclo de violência com apoio de diversas políticas públicas, como educação, habitação, saúde, trabalho, geração de renda e assistência social (casa de passagem municipal, para acolhimento provisório).

Ressaltamos outro fator importante na ruptura do ciclo de violência contemplado no Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres é o trabalho de Reeducação do Homem Autor de Agressão, por meio da previsão de recursos humanos qualificados com profissionais especializados para trabalho de atendimento interdisciplinar ao processo de reeducação, na perspectiva de mudanças de padrões relacionais com o gênero feminino, campanhas e palestras informativas, visando contribuir para a desconstrução de paradigmas machistas e/ou misóginos. Também inclui o investimento em segurança pública e campanhas de combate à todas as formas de violência , a fim de reduzir os índices de violência contra as mulheres no município.

Enfrentamento a Todas as Formas de Violência contra Mulher

Ação	Meta	Órgão Executor	Parceiro	Prazo
Criar casas transitórias (de passagens) para mulheres com risco de sofrer violência por tempo determinado segundo orientação do órgão que acompanha o caso.	Assegurar a proteção da mulher e seus filhos em situação de risco.	Secretaria da Mulher.	Promoção Social, Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Defesa da Mulher, Conselho Tutelar e Conselho da Mulher.	Até 2021
Oferecer suporte e acolhimento institucional (Casa Abrigo Regional) às mulheres em situação de violência.	Promover a autonomia da Mulher por meio da construção de um projeto de vida protagonizado por ela.	Secretaria da Mulher.	CIOESTE (Consórcio Intermunicipal da Região Oeste) e Conselho da Mulher.	Em andamento
Pleitear à Secretaria de Segurança Pública Estadual o funcionamento 24h da Delegacia da Mulher de Barueri.	Garantir o atendimento a qualquer hora do dia às queixas de violência cometida contra mulheres e população LGBTT.	Gabinete de Governo.	Secretaria da Mulher, Conselho da Mulher e Secretaria de Segurança Pública do Estado.	2019
Propor capacitação aos	Humanizar o	Secretaria da	Secretaria dos	2018

funcionários de delegacias de polícia do município para atendimento com escuta qualificada.	atendimento das delegacias nas questões de violência contra a mulher e homofobia/racismo. Objetivando o real registro das ocorrências.	Mulher.	Assuntos de Segurança Municipal, Estadual, Delegacias sediadas em Barueri, Judiciário, Ministério Público e Conselho da Mulher.	
Viabilizar recursos para o mapeamento técnico, diagnóstico e acompanhamento visando os casos de violência contra a mulher.	Criar sistema de apoio e integração da rede de atendimento para monitoramento e diagnóstico dos índices de violência.	Secretaria da Mulher.	Institutos de Pesquisa, Monitoramento e Avaliação, Secretarias de Segurança Municipal e Estadual, Saúde, Assistência Social e Educação.	2023
Ampliar a área de atendimento das bases móveis da Guarda Municipal em locais de práticas esportivas, nos horários de maior circulação de mulheres.	Garantir maior segurança e proteção à mulher nos locais públicos abertos de atividades esportivas.	Secretaria dos Assuntos de Segurança.	Secretaria da Mulher e Governo.	2020
Melhorar as estruturas de iluminação e segurança pública, em pontos com altos índices de violência.	Inibir ações criminosas contra a mulher e população LGBTT.	Secretaria de Obras.	Secretarias de Assuntos de Segurança, Transporte, Mobilidade Urbana e Mulher.	2021
Propor Lei Municipal criando programa de proteção para mulheres no transporte coletivo (sobre descer do ônibus fora do ponto depois das 22h).	Aumentar a segurança das mulheres no deslocamento no transporte público coletivo.	Secretaria da Mulher.	Secretarias da Mulher, de Transportes, Conselho da Mulher e Câmara Municipal.	2017
Criar programas de conscientização, reeducação, reabilitação e socialização do homem autor de agressão, por meio do atendimento com equipe interdisciplinar.	Promover mudança comportamental dos agressores.	Secretaria da Saúde.	Secretarias da Mulher, Promoção Social, Assuntos de Segurança, DDM, Ministério Público Estadual e Judiciário.	2019
Pleitear a criação da Vara Especializada para atendimento de violência doméstica neste município.	Assegurar um espaço especializado no julgamento de casos de violência contra a mulher no município.	Gabinete de Governo.	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Secretaria da Mulher.	2022
Criar campanhas de estímulo e conscientização sobre responsabilidade compartilhada.	Reduzir a incidência de violência contra a mulher envolvida em conflitos a partir da divisão social do trabalho, sensibilizando para o exercício responsável e compartilhado na educação de filhos.	Secretaria de Promoção Social.	Conselho Tutelar, Secretarias da Mulher, Saúde, Educação, Judiciário e Ministério Público Estadual.	2024

Pleitear serviço para exame de corpo de delito no município.	Facilitar o acesso no atendimento às vitimas de violência.	Gabinete de Governo.	Secretarias da Mulher, Saúde, Delegacia da Mulher, e Conselho Tutelar.	2021
Propor a inclusão na lei de programas habitacionais municipais à prioridade para atender mulheres em situação de violência.	Inclusão das mulheres em situação de violência em aluguel social e moradia popular.	Secretaria da Mulher.	Secretarias da Habitação, Obras e Câmara Municipal.	2020
Fomentar a divulgação dos órgãos de proteção disponíveis às mulheres.	Assegurar amplo conhecimento dos serviços de proteção à mulher no município.	Secretaria da Mulher.	Secretaria de Comunicação.	2017
Fortalecer campanhas de conscientização sobre violência doméstica, voltadas para homens e mulheres.	Fomentar a discussão e a sensibilização para a mudança de padrões nas relações comportamentais no tema sugerido.	Secretaria da Mulher.	Secretarias de Comunicação, Promoção Social, Educação, Saúde e Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	2017
Promover campanhas de conscientização sobre a violência simbólica que a mulher sofre nos meios de comunicação.	Desconstruir paradigmas machistas, fomentando o reconhecimento dos direitos femininos.	Secretaria da Mulher.	Secretarias de Comunicação e Educação.	2020
Pactuar ações com organizações e empresas para o enfrentamento da violência contra a mulher nos locais de trabalho (assédio moral/sexual).	Diminuir o assédio às mulheres nas empresas.	Secretaria da Mulher.	Associações, sindicatos e empresas.	2022
Divulgar a Lei Maria da Penha e Direitos Humanos nas Unidades Escolares Municipais e Estaduais.	Formar as novas gerações para o reconhecimento dos direitos da mulher.	Secretaria de Educação.	Secretaria da Mulher e Conselho da Mulher.	Em andamento
Promover encontros na rede municipal para divulgar os serviços disponíveis e fluxos de atendimento ao combate à violência contra mulher (com ênfase para professores da rede de educação do município e conselho tutelar).	Promover o correto fluxo de atendimento para os casos de violência contra a mulher.	Secretaria da Mulher.	Todas as Secretarias.	2018
Promover palestras para crianças e adolescentes sobre as formas de violência e direitos da mulher em toda a rede pública.	Conscientizar as novas gerações para a tolerância com a diversidade e reconhecimento dos direitos da mulher.	Secretaria da Mulher.	Todas as Secretarias e Conselho Tutelar.	2019

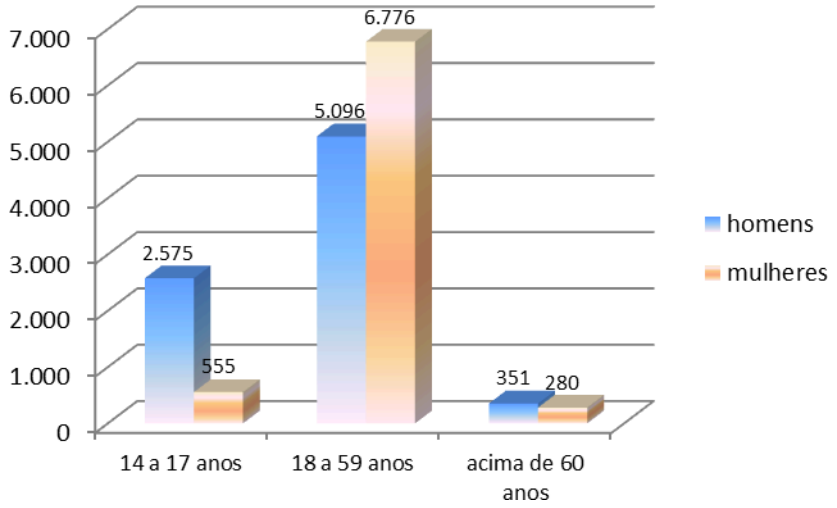
3.2.5. Esporte, Cultura, Comunicação e Mídia

O público feminino é extremamente atuante e os números de atendimento dos diversos equipamentos da prefeitura revelam a intensa participação das mulheres no município. Elas representam quase o dobro do total de homens atendidos pelos órgãos da prefeitura entre os anos de 2013 a 2016, quando se quantificou mais de 8 mil buscas pelo público feminino em comparação com pouco mais de 4 mil procuras realizadas pelo público masculino.

Em 2016, do total de 1.613 participantes de oficinas culturais promovidas pela Secretaria de Cultura, 76,32% eram mulheres. Participativas, elas trazem consigo a abertura para o aprendizado, a capacidade de aproveitar experiências e de transformar a si mesmas e seu entorno a partir do conhecimento. Por isso, iniciativas voltadas à formação do público feminino representam investimentos com grande potencial de retorno, seja pela adesão maciça, pelo engajamento e mesmo pela ação multiplicadora que elas acabam exercendo, levando conhecimentos novos para sua casa e sua comunidade. Dessa forma, o Plano reúne primordialmente ações focadas na ampliação do acesso às produções culturais, estimulando a formação crítica.

No setor de esportes, a participação feminina também é alta. Um total de 7611 mulheres participaram de atividades esportivas oferecidas pela Secretaria Municipal de Esportes, representando pouco mais de 94% da participação masculina. Entre 18 a 59 anos de idade, a adesão feminina é superior à masculina. Contudo, entre o público feminino observa-se uma baixa representatividade de faixas etárias importantes, como a adolescência (14 a 17 anos) e terceira idade (acima de 60 anos), quando a atividade física possui grande influência para o desenvolvimento e qualidade de vida.

Participação de homens e mulheres nas Escolas de Esportes



Dados fornecidos pela Secretaria de Esportes Municipal-2016

O estímulo à maior participação de mulheres adolescentes e idosas em práticas esportivas constitui, portanto, um dos objetivos do Plano, que também integra ações focadas na qualificação dos recursos materiais e humanos, incluindo o investimento em acessibilidade, visando à melhoria das condições oferecidas para as atividades físicas, tão necessárias à manutenção da saúde, da autoestima e do bem-estar como um todo.

Considerando a importância de destacar as iniciativas femininas no campo artístico e esportivo, ações voltadas à divulgação ampla de alcances notórios e criações significativas, também estão previstas.

Cabe ressaltar também, que de acordo com o último Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015: "A globalização, informatização e a mídia assumem papel central como veículo de comunicação e difusão cultural, especialmente por meio do rádio e televisão, presentes em praticamente todos os domicílios brasileiros, estando 96,9% dos lares equipados com televisores (dados PNAD/IBGE, 2011)". Sua utilização massiva em quase toda a totalidade das casas brasileiras, expressa sua importância enquanto veículo de difusão de ideias e proporciona um papel determinante tanto para manutenção como a desconstrução de crenças, valores, como também para romper com a submissão e a discriminação.

Destaca-se a necessidade de garantir, no setor de comunicações, a pluralidade, a liberdade de expressão e a comunicação que possibilite a universalidade e a acessibilidade das mulheres. A comunicação é um direito que pode beneficiar o cotidiano feminino, valorizando sua diversidade. Por isso, esses serviços devem primar por qualidade e garantia de acesso.

Ressalta-se neste plano, a preocupação com os conteúdos veiculados nos diferentes meios de comunicação no município, garantindo assim que esses conteúdos atuem na construção simbólica dos marcadores de gênero e diversidade. O objetivo é contemplar ações que promovam políticas de igualdade considerando as dimensões da cultura, da comunicação e da mídia em suas estratégias de valorização das diversidades e fim das discriminações de gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária e peculiaridades da região de origem. Alterar os processos de construção de relações desiguais de poder a partir dos campos de cultura e comunicação.

Destaca-se a importância das ações contempladas em outros eixos, atuando diretamente na comunicação, informando os serviços existentes para a população.

Esporte, Cultura, Comunicação e Mídia

Ação	Metas	Órgão Executor	Parceiro	Prazo
Promover campanhas de conscientização sobre todas as formas de violência contra a mulher que a mulher nos meios de comunicação.	Desconstruir paradigmas machistas, fomentando o reconhecimento dos direitos femininos.	Secretaria de Mulher.	Todas as Secretarias Municipais, Delegacia da Mulher, Secretaria de Segurança Pública Estadual e Federal, Judiciário, Ministério Público, Universidades e Faculdades.	2026

Manter e ampliar o programa Coala, implantando suas três fases: Leitura na gestação, leitura para o bebê e a leitura na pré-escola.	Incentivar a vinculação mãe-filhos desde tenra idade e fomentar uma relação que estimula o letramento. Viabilizar a formação do pequeno leitor, ao mesmo tempo em que sensibiliza as mulheres para a importância da escolarização.	Secretarias de Cultura e Turismo e Educação.	Secretarias de Saúde e Mulher.	2026
Manter e ampliar projetos como a Hora do Conto, Leituras Dramáticas, Concertos de Leitura, Leitura em Domicílio e Oficinas de Leitura, estabelecendo um cronograma específico de obras voltadas à realidade feminina.	Promover o letramento, contribuir para a elevação da escolaridade e fomentar consciência crítica e reflexiva em relação à mulher.	Secretarias de Cultura e Turismo, Educação e Mulher.	Secretaria da Mulher.	Em andamento
Criar uma incubadora de empreendedorismo feminino artístico e cultural para a profissionalização de produtores, associações, grupos artísticos e a formação de gestores.	Oferecer oportunidades de serviços com previsão de igualdade de gênero.	Secretaria de Cultura e Turismo.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico.	2026
Ampliar o acesso das mulheres aos equipamentos esportivos e às atividades físicas, incluindo o período noturno para atender a mulher trabalhadora.	Promover a qualidade de vida voltada à saúde física e mental, com a descentralização de ações nos bairros.	Secretarias de Esportes e Mulher.	Secretaria de Saúde.	2026
Ampliar as atividades para mulheres de cuidados específicos com deficiência, gestantes, entre outras. Assegurar recreação no período de atividade das mães aos filhos, horário estendido, controle de acesso e segurança.	Ampliar o atendimento à mulher na área esportiva.	Secretarias de Esportes e Mulher.	Secretaria da Saúde e SDPD.	2026
Desenvolver campanhas sobre os benefícios da prática esportiva com ênfase na saúde, qualidade de vida e bem estar e equidade de gênero.	Melhorar a prevenção às doenças e atuar na qualidade de vida e bem estar da mulher, além de superar estereótipos que provocam uma divisão	Secretaria da Mulher.	Secretarias da Saúde, Esportes e Educação.	2017

SECRETARIA DA
MULHER

PREFEITURA DE
BARUERI
CIDADE INTELIGENTE

	sexual nas modalidades esportivas.			
Fomentar a atuação profissional das mulheres no âmbito esportivo.	Promover o protagonismo feminino esportivo profissional.	Secretarias de Esportes e Educação.	Secretaria da Mulher.	2020
Melhorar a estrutura de acessibilidade dos espaços públicos para prática esportiva das mulheres deficientes e com mobilidade reduzida.	Ampliar o número de mulheres deficientes e com mobilidade reduzida nos espaços públicos.	Secretarias da Mulher e Esportes.	Conselho da Mulher.	2026

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Barueri, o governo municipal, por meio da Secretaria da Mulher tem como objetivo o cuidado e o empenho em proporcionar à mulher seus direitos em todos os âmbitos, compreendendo projetos e programas que atendam as munícipes em suas necessidades.

O Plano Municipal de Políticas para Mulher de Barueri constitui a materialização desse compromisso, prevendo ações efetivas nos campos de enfrentamento a violência e qualquer tipo de discriminação a dignidade da pessoa humana, considerando a mulher em sua diversidade, saúde integral, segurança, trabalho e geração de renda, inclusão, comunicação e mídia, cultura e esportes. Fruto de uma discussão ampla, as ações resultam de uma reflexão coletiva sobre a realidade das mulheres do município, fortalecendo o empoderamento e autonomia do público feminino.

Considerando a relevância da educação para a consolidação do exercício de direitos, na promoção da equidade e igualdade de gênero, o Plano Municipal deve ser implementado por meio de campanhas, formação continuada, ações preventivas e de conscientização da sociedade acerca das temáticas supracitadas, em seus diversos segmentos.

O Plano Municipal para Mulheres constitui um ponto de partida fundamental, na medida em que possibilita sensibilização, conscientização, e debates importantes para a configuração de um cenário mais justo. O pressuposto básico desta metodologia implica a noção de que educar envolve o conjunto de processos pelos quais indivíduos são transformados, podendo contribuir para um contexto de igualdade e equidade de gênero, como co-responsáveis na construção de uma cidadania inclusiva.

Desse modo, a implantação do Plano Municipal para Mulheres integrará os gestores e servidores municipais, líderes comunitários, organizações não governamentais, membros dos Conselhos Municipais de Direito e da sociedade civil em geral, a fim de se completarem, promovendo uma articulação imprescindível ao bom andamento das ações delineadas e proporcionando uma integração de políticas públicas para alcance da autonomia da mulher e superação da violação de seus direitos.

Os dados foram reunidos para apresentar o atual cenário de participação social e econômica vivenciado pelas mulheres. Desse modo, o Plano Municipal para Mulheres ao

trabalhar a igualdade de gênero e empoderamento da mulher refere-se que todos os seres humanos sem discriminação por sua identidade gênero, orientação sexual, classe social, etnia e religião, apesar dos avanços e conquistas, atinja uma melhor compreensão de que as mulheres, assim como homens são livres para desenvolver suas capacidades e tomadas de decisões, e que seus direitos e oportunidades não sejam violados, contudo sejam parte de um contexto social com equidade e igualdade de gênero.

O combate às desigualdades e qualquer tipo de violência requerem não somente atitudes punitivas, mas ações preventivas e educativas, que possibilitem a construção de uma nova cultura na sociedade, modificando o padrão vigente, que ainda enxerga as mulheres em escala inferior na hierarquia de poder social e política, e que possa combater o sexismo e o racismo, por meio da criação de instrumentos legais, pelo poder legislativo, necessários na efetivação de políticas públicas.

A desigualdade de gênero não é apenas um problema das mulheres, é uma questão de direitos humanos que afeta toda sociedade, compreendendo a mulher em todos os ciclos de sua vida e homens também, pois para alcançar a igualdade a qual preceitua nossa Constituição Federal, precisamos da participação de todos.

Dados da ONU Mulheres apontam que com a equidade e igualdade de gênero a sociedade ganha em desenvolvimento político, educacional, cultural, econômico e social, quando se propõe em uma política intersetorial o empoderamento da mulher e seu protagonismo.

GLOSSÁRIO

ANÁLISE DE GÊNERO

A análise de gênero consiste num exame sistemático dos diferentes impactos do desenvolvimento, das políticas, dos programas e da legislação nas mulheres e nos homens que implica, antes de mais nada, recolher dados segmentados por gênero e informações que considerem o gênero sobre a população em questão. A análise de gênero pode incluir também a análise das várias formas como as mulheres e os homens, enquanto agentes sociais desenvolvem estratégias para transformar os papéis, relações e processos existentes em seu próprio benefício e a benefício de terceiros.

DADOS DESAGREGADOS OU SEGMENTADOS POR SEXO

Os dados desagregados ou segmentados por sexo são dados sobre mulheres e homens recolhidos e apresentados separadamente. Trata-se de informações estatísticas quantitativas sobre as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens. Existe uma confusão generalizada e uma utilização incorreta dos termos “dados segmentados por gênero” e “dados segmentados por sexo”. Apesar de o termo mais frequentemente utilizado ser “dados segmentados por gênero”, os dados são necessariamente segmentados por sexo, e não por gênero, uma vez que as mulheres e os homens são contabilizados de acordo com a diferença biológica e não de acordo com os respectivos comportamentos sociais.

EMPODERAMENTO

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente.

EQUIDADE DE GÊNERO

A equidade de gênero significa que as mulheres e os homens são tratados de forma justa de acordo com as respectivas necessidades e privilégios. O tratamento pode ser igual ou diferenciado, entretanto considerado equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades. No contexto do desenvolvimento, um objetivo de equidade de gênero requer frequentemente medidas integradas para compensar as desvantagens históricas e sociais das mulheres.

FEMINISMO

Refere-se aos movimentos ou conjuntos de pensamentos político, filosófico e cultural que defendem a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres. Muitas vezes são alvos de conotações pejorativas, por entender-se que se trata do contrário de machismo. No entanto, ao contrário do machismo, que prega a superioridade do homem sobre a mulher, o feminismo prega a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

GÊNERO

Refere-se ao conjunto de características sociais e culturais atribuídas às pessoas, geralmente em função do seu sexo. Enquanto o sexo biológico é determinado por características genéticas e anatômicas, o gênero é uma identidade adquirida que é aprendida, muda ao longo do tempo e varia amplamente dentro e entre as culturas. Trata-se dos comportamentos, valores e atitudes que a sociedade define como sendo próprios de homens ou de mulheres. Enquanto as diferenças de sexo são biológicas, as de gênero são culturais e dinâmicas, podendo se transformar de acordo com o desenvolvimento específico de cada sociedade. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres através do tempo. Predominantemente, a interpretação de gênero é bipolar (feminino/masculino) e hierárquica (o masculino mais valorizado do que o feminino). Quando se discute essa questão, pretende– se debater e transformar a construção social e cultural das relações de gênero, no sentido de pluralizá-las e democratizá–las, eliminando discriminações baseadas em dicotomias e hierarquias estereotipantes. Por outro lado, o enfoque de gênero recoloca a formulação de problemas e soluções, pois envolve mudanças de posicionamento e comportamento de homens e mulheres, na procura da construção de sociedades mais justas (redistribuição de responsabilidades e oportunidades).

IGUALDADE DE GÊNERO

"Igualdade de gênero" refere-se ao conceito de que todos os seres humanos, sem diferenciação de sexo ou gênero, são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e tomar decisões sem as limitações impostas por papéis rigidamente atribuídos a um gênero. A igualdade de gênero significa que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens são considerados, valorizados e favorecidos equitativamente. Não significa que as mulheres e os homens têm de se tornar idênticos, mas que os seus direitos, responsabilidades e oportunidades não são determinados pelo seu gênero.

INDICADOR SENSÍVEL A QUESTÕES DE GÊNERO

Indicador é um marcador. Pode consistir numa marcação, medição, número, fato, opinião ou percepção que se concentra numa condição ou situação específica e mede as alterações a essa condição ou situação ao longo do tempo. A diferença entre um indicador e uma estatística está no fato de os indicadores envolverem a comparação com uma norma. Os indicadores sensíveis a questões de gênero medem as mudanças relacionadas com o gênero na sociedade ao longo do tempo; fornecem um olhar atento sobre os resultados de iniciativas e medidas direcionadas com base no gênero.

INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

A integração de gênero consiste no processo de avaliação das implicações para mulheres e homens de qualquer medida planejada, incluindo a legislação, as políticas ou os programas, em qualquer área e em todos os níveis. Trata-se de uma estratégia para tornar as preocupações e experiências das mulheres, bem como dos homens, uma parte integrante na concepção, implementação, monitorização e avaliação de iniciativas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, de modo que a desigualdade entre mulheres e homens não seja perpetuada.

PAPÉIS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Refere-se à divisão dos trabalhos em produtivos e reprodutivos, os quais são definidos com base nos papéis diferenciados atribuídos a homens e mulheres em cada sociedade. Em geral, cabe às mulheres o cuidado com a família e a realização das tarefas domésticas, atividades que constituem trabalho reprodutivo. O papel principal dos homens está vinculado à atividade econômica ou à atividade "produtiva" e eles são definidos como os "provedores" da família. O

trabalho produtivo é valorizado, por ser remunerado. O trabalho reprodutivo não tem remuneração e é percebido como “natural”, não sendo reconhecido em sua importância e valor. Por essas razões, a divisão sexual do trabalho é hierárquica, deixando as mulheres em situação de subordinação em relação aos homens.

PERSPECTIVA DE GÊNERO

A perspectiva de gênero pode ser definida como uma abordagem que apresenta uma estrutura de análise para avaliar o modo como as mulheres e os homens afetam e são afetados de formas diferentes pelas políticas, programas, projetos e atividades. Permite reconhecer que as relações entre mulheres e homens podem variar dependendo do contexto. Uma perspectiva de gênero considera os papéis atribuídos ao gênero, às relações e necessidades socioeconômicas, o acesso aos recursos e outras limitações e oportunidades impostas pela sociedade ou pela cultura, idade, religião, e/ou etnia das mulheres e dos homens.

SEXO

O sexo refere-se às características biológicas que definem o sexo feminino e masculino. Estes conjuntos de características biológicas não são mutuamente exclusivos, uma vez que existem pessoas que possuem ambas, mas estas características geralmente diferenciam os humanos como homens e mulheres.

SIGLAS

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ONG – Organização Não Governamental verificar se utilizaremos

OS – Organização Social

CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

LGBTT – Sigla Internacional utilizada para se referir aos cidadãos: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – verificar em todo o texto com dois "T"

Lésbicas - Mulher que sente desejo afetivo e ou sexual por outras mulheres

Gays – Homem que sente que sente desejo afetivo e ou sexual por outros homens

Bissexuais – Pessoa que sente desejo afetivo e ou sexual por pessoas de ambos gêneros

Travestis – Pessoa que nasce com sexo masculino e tem identidade de gênero feminina, assumindo papeis de gênero diferentes e daqueles impostos pela sociedade.

Muitas travestis modificam seus corpos por meio de terapias hormonais, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, mas, em geral, não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (conhecida como "mudança de sexo")

Transexuais – Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico. Homens e mulheres transexuais podem manifestar a necessidade de realizar modificações corporais por meio de terapias hormonais e intervenções médico-cirurgicas, com o intuito de adequar seus atributos físicos (inclusive genitais-cirugia de redesignação sexual) à sua identidade de gênero. Entretanto, nem todas as pessoas transexuais manisfestam esse tipo de necessidade.

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

DIU – Dispositivo Intrauterino

FIEB – Fundação Instituto de Ensino de Barueri

ONU – Organização das Nações Unidas

Fonte: Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual.
Diversidade Sexual e Cidadania LGBT. São Paulo : SJDC/SP, 2014.44p

FONTES DE PESQUISA

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Informações dos municípios paulistas. Disponível em http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em http://censo2010.ibge.gov.br/

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/

http://www.seade.gov.br/produtos-seade/?tema=condicoes-de-vida

http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=1

http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas

SISAN-www.sisansaude.com.br/

ONU MULHERES - www.onu.org.br/

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- www.ibge.gov.br/

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-

www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php